

PRIMEIRA REVISÃO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ENTRONCAMENTO



VOLUME 3.1
RELATÓRIO AMBIENTAL

o outubro 2018

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

Capítulo 1 _ Introdução	9
Capítulo 2 _ Objetivos e Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica	10
Capítulo 3 _ Objeto de Avaliação	14
Capítulo 4 _ Definição dos Fatores Críticos para a Decisão	22
[1] Quadro de Referência Estratégico	22
[2] Questões Estratégicas	23
[3] Convergência das QE da RPDM do Entroncamento com o QRE	24
[4] Fatores Ambientais	25
[5] Fatores Críticos para a Decisão	25
[6] Critérios, Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores para a Avaliação Ambiental Estratégica.....	29
Capítulo 5 _ Consulta	33
Capítulo 6 _ Análise e Avaliação Estratégica.....	34
1_ FCD_ Ordenamento do Território	35
1.1] Situação atual e Tendências de evolução	36
1.2] Análise de Tendências	42
1.3] Oportunidades e Ameaças	43
2_ FCD_ Sustentabilidade Económica.....	44
2.1] Situação atual e Tendências de evolução	45
2.2] Análise de Tendências.....	48
2.3] Oportunidades e Ameaças	49
3_ FCD_ Qualidade Ambiental.....	50
3.1] Situação atual e Tendências de evolução	52
3.2] Análise de Tendências.....	60
3.3] Oportunidades e Ameaças	61
4_ FCD_ Mobilidade e Acessibilidade.....	62
4.1] Situação atual e Tendências de evolução	63
4.2] Análise de Tendências.....	66
4.3] Oportunidades e Ameaças	67
5_ FCD_ Riscos Ambientais e Tecnológicos.....	68

5.1]	Situação atual e Tendências de evolução	70
5.2]	Análise de Tendências.....	75
5.3]	Efeito Positivo e Negativo	76
Capítulo 7 _ Programa de Gestão e Monitorização Ambiental.....		77
Capítulo 8 _ Quadro de Governança para a Ação		86
Capítulo 9 _ Conclusão.....		88
Siglas e Acrónimos.....		90
Bibliografia		91
Anexo 1_ Resumo dos pareceres ao RFCD.....		92
Anexo 2_ Matriz de convergência entre os Objetivos Estratégicos da Proposta de RPDMT e os Objetivos de cada instrumento que integra o Quadro de Referência Estratégico.		92

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Metodologia geral da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão PDM Entroncamento	12
Figura 2 – Determinação dos Fatores Críticos para a Decisão	26

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de Referência Estratégico da RPDM do Entroncamento	23
Quadro 2 - Relação entre o Quadro de Referência Estratégico (QRE) e as QE da RPDM do Entroncamento	24
Quadro 3 - Relação entre os FCD definidos e os FA previstos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho	28
Quadro 4. Critérios de Avaliação, Objetivos e Indicadores para os FCD da RPDM Entroncamento	30
Quadro 5. Tipo de equipamentos e procura. Fonte: Estudos de caracterização do PDM - Volume 4	40
Quadro 6 . Equipamentos Desportivos no Sabugal, por tipologia. Fonte: Estudos de caracterização do PDM - Volume 4	41
Quadro 7 - Avaliação da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM do Entroncamento	42
Quadro 8 - Oportunidades e ameaças da proposta de RPDM do Entroncamento no que respeita ao FCD - Ordenamento do Território	43
Quadro 9 - Avaliação da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM do Entroncamento	48
Quadro 10 - Oportunidades e ameaças da proposta de RPDM do Entroncamento no que respeita ao FCD - Sustentabilidade Económica	49
Quadro 11. Estado quantitativo e qualitativo das MA subterrâneas Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa.	53
Quadro 12 - Avaliação da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM do Entroncamento	60
Quadro 13 - Efeitos positivos e negativos da proposta de RPDM do Entroncamento no que respeita ao FCD - Qualidade Ambiental	61
Quadro 14 - Avaliação da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM do Entroncamento	66
Quadro 15 - Oportunidades e ameaças da proposta de RPDM do Entroncamento no que respeita ao FCD - Sustentabilidade Económica	67

Quadro 16. Ocorrências e Área ardida, por ano. Fonte: PMEPC Entroncamento	72
Quadro 17 - Avaliação da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM do Entroncamento	75
Quadro 18 - Efeito positivo e negativo da proposta de RPDM do Entroncamento no que respeita ao FCD - Sustentabilidade Económica	76
Quadro 19 . Diretrizes de seguimento para cada um dos FCD identificados	79
Quadro 20 - Indicadores para monitorização do plano no âmbito da AAE	82
Quadro 21. Quadro de Governança para a ação no âmbito da AAE da RPDM de Entroncamento	86
Quadro 22 . Relação entre a Estratégia Nacional para a Biodiversidade e Conservação da Natureza e as QE da RPDM do Entroncamento	94
Quadro 23 . Relação entre a Estratégia Nacional para a Energia e as QE da RPDM do Entroncamento	94
Quadro 24 . Relação entre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e as QE da RPDM do Entroncamento	95
Quadro 25 . Relação entre o Plano Diretor Municipal do Entroncamento e as QE da RPDM do Entroncamento	95
Quadro 26 . Relação entre o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e as QE da RPDM do Entroncamento	95
Quadro 27 . Relação entre o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos e as QE da RPDM do Entroncamento	96
Quadro 28 . Relação entre a Lei da Água e as QE da RPDM do Entroncamento	96
Quadro 29 . Relação entre o Plano Nacional da Água e as QE da RPDM do Entroncamento	97
Quadro 30 . Relação entre o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água e as QE da RPDM do Entroncamento	97
Quadro 31 . Relação entre o Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais e as QE da RPDM do Entroncamento	98
Quadro 32 . Relação entre o Plano Rodoviário Nacional e as QE da RPDM do Entroncamento	98
Quadro 33 . Relação entre o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e as QE da RPDM do Entroncamento	99
Quadro 34 . Relação entre o Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego e as QE da RPDM do Entroncamento	99
Quadro 35 . Relação entre o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e as QE da RPDM do Entroncamento	100
Quadro 36 . Relação entre o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e as QE da RPDM do Entroncamento	100
Quadro 37 . Relação entre o Plano Estratégico Nacional do Turismo e as QE da RPDM do Entroncamento	101

Quadro 38 . Relação entre a Estratégia Nacional para as Florestas e as QE da RPDM do Entroncamento	101
Quadro 39 . Relação entre o Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos e as QE da RPDM do Entroncamento	101
Quadro 40 . Relação entre o Plano da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste e as QE da RPDM do Entroncamento	102
Quadro 41 . Relação entre o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo e as QE da RPDM do Entroncamento	103
Quadro 42 . Relação entre o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT) e as QE da RPDM do Entroncamento	104

Esta página foi deixada em branco propositadamente

CAPÍTULO 1 _ INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Entroncamento. A AAE é obrigatória desde a instituição do Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica¹, que transpõe para o ordenamento jurídico nacional os requisitos estabelecidos pela Diretiva nº 2001/42/CE, de 25 de junho vindo confirmar a necessidade de se avaliar os efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Ao nível dos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) a AAE deve considerar as premissas definidas no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial². O diploma define que os PDM tem de ser acompanhados por um Relatório Ambiental, no qual são identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da sua aplicação e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

Na fase anterior à elaboração deste Relatório Ambiental, foi elaborado e sujeito a apreciação pelas entidades com responsabilidades específicas (ERAE) o Relatório da Definição de Âmbito da proposta de RPDM de Entroncamento. Assim, o documento que agora se apresenta foi elaborado atendendo à ponderação das considerações efetuadas no âmbito dessa consulta.

Com o presente documento pretende-se identificar e avaliar os efeitos com maior probabilidade de ocorrer na área de implementação da revisão do plano e definir medidas de minimização dos impactes negativos e potenciar os positivos. E, igualmente, definido um programa de gestão e monitorização ambiental que permitirá aferir as opções tomadas face aos resultados obtidos. Este sistema de monitorização facilitará uma rápida reavaliação de estratégias e a consideração de eventuais correções nas trajetórias consideradas.

¹ RJAAE – Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei nº 58/2011, de 4 de maio

² RJIT – Decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio

CAPÍTULO 2 _ OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A AAE consiste num instrumento de identificação, descrição e avaliação de eventuais efeitos significativos no ambiente, **DE NATUREZA ESTRATÉGICA**, cujo objetivo é **FACILITAR A INTEGRAÇÃO AMBIENTAL E A AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES E RISCOS DE ESTRATÉGIAS DE AÇÃO, NO QUADRO DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.**

Os objetivos de uma AAE são, pois, os seguintes:

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções estão em discussão;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (*win-win*) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

A AAE deve ser um **PROCESSO ARTICULADO** com o processo de elaboração do Plano, nas suas diferentes fases, de modo a desempenhar o seu principal objetivo, garantir que os efeitos ambientais das soluções adotadas no Plano são tomadas em consideração durante a sua elaboração, assegurando uma **ABORDAGEM ESTRATÉGICA** da ação de planeamento.

O relatório de AAE tem pois por objetivo **FORNECER INFORMAÇÃO FUNDAMENTADA E OBJETIVA**, que permita a integração dos aspetos ambientais com os aspetos operacionais inerentes à organização territorial do concelho de Entroncamento. Igualmente pretende constituir uma **FONTE DE INFORMAÇÃO** para os agentes e partes interessadas adquirirem conhecimento sobre as possibilidades e potencialidades de desenvolvimento do território local e concelhio, dos efeitos ambientais esperados, do cenário de evolução proposto e das medidas que devem ser implementadas para a minimização dos efeitos ambientais indesejados.

Neste sentido, a legislação em vigor aponta para os seguintes princípios essenciais:

- Descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos da revisão do Plano e das suas relações com outros planos;
- Características ambientais da zona, estado atual do ambiente e sua provável evolução se a revisão do PDM não for implementada;
- Problemas ambientais pertinentes, do ponto de vista do Plano, em especial os relacionados com eventuais zonas de importância ambiental identificadas;
- Objetivos de proteção (e valorização) ambiental estabelecidos pertinentes para o Plano e a forma como são tomados em consideração no quadro do mesmo;
- Discriminação dos efeitos significativos no ambiente, decorrentes do Plano e em que medida se aproxima da situação desejável;
- Medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar (sempre que possível) os efeitos negativos derivados da proposta de Plano apresentada e sobretudo potenciar a aproximação à situação desejável, desta forma assegurando a sustentabilidade da proposta de revisão do PDM de Entroncamento;
- Apresentação das medidas de controlo previstas.

O **PDM DO ENTRONCAMENTO** entrou em vigor em **27 DE MARÇO DE 1995** através da **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 181/95**³. A **PROPOSTA DE REVISÃO PDM DE ENTRONCAMENTO TEVE INÍCIO COM A DECISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL EM 2001**, após o que se deu cumprimento aos procedimentos decorrentes do processo, assim, e atendendo à legislação em vigor, sem colocar em causa todo o modelo definido, será possível identificar, descrever e avaliar eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano, e, sempre que possível, formular alternativas razoáveis bem como a adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis, e desta forma desempenhar o objetivo da AAE.

A metodologia desenvolvida para a AAE da RPDM Entroncamento tem por base o Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica e o Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, sendo que o presente documento corresponde à segunda fase do processo de AAE.

³ Com primeira alteração publicada na 2ª Série do DR, Aviso nº1138/2011, de 11 de janeiro e segunda alteração publicada na 2ª Série do DR, Aviso nº9600/2013, de 25 de julho

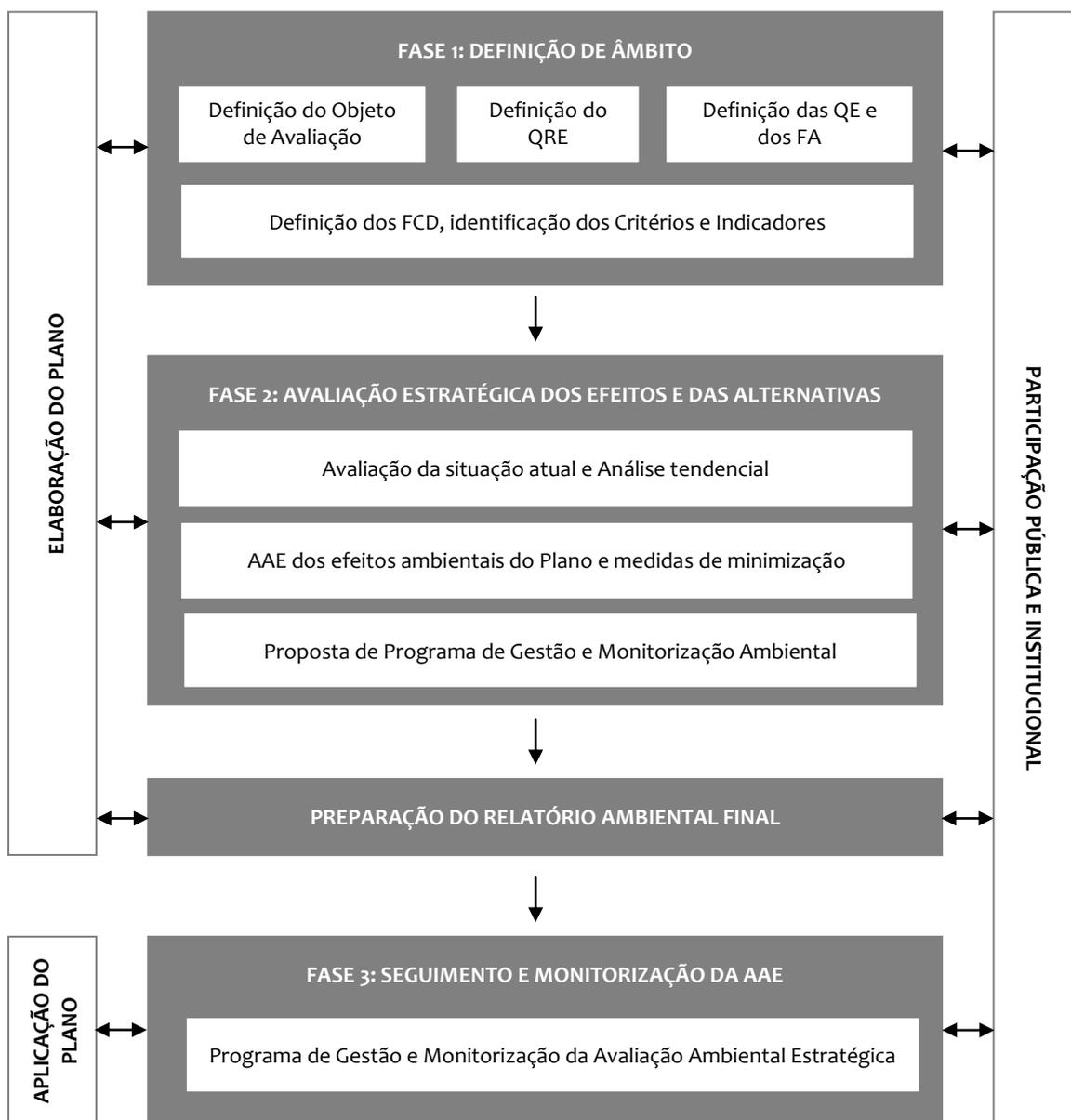


Figura 1 – Metodologia geral da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão PDM Entroncamento

O processo de AAE compreende **TRÊS FASES**, correspondendo a primeira à **DEFINIÇÃO DE ÂMBITO**, onde foram definidos os Fatores Críticos para a Decisão, identificados os critérios e selecionados os indicadores que estabeleceram o alcance e o nível de pormenorização a incluir no RA. Os FCD “constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável” (Partidário, 2007,pp.18).

O Relatório da Definição de Âmbito, no cumprimento das disposições legais, foi sujeito a um processo de consulta dirigido às ERAE e outras entidades pertinentes para o presente processo. Os pareceres emitidos pelas entidades consultadas encontram-se no Anexo 1 e os comentários / sugestões foram incluídos no presente documento, por deliberação do executivo municipal.

Na segunda fase do processo, **ANÁLISE ESTRATÉGICA DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS E ALTERNATIVAS** (correspondente ao presente documento), procederam-se aos estudos técnicos com os FCD definidos, avaliando-se a situação atual e definindo-se as oportunidades e as ameaças resultantes da implementação da RPDM do Entroncamento. Assim, pode-se concluir acerca das opções estratégicas consideradas na revisão do plano, bem como definir um conjunto de recomendações que potenciarão os impactos positivos e minimizarão os negativos, definindo-se um programa de monitorização.

Finalmente na terceira fase, **SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO DA AAE** será dada sequência a um programa de monitorização que deverá acompanhar a implantação do Plano. *“Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão”* (Partidário, 2007, pp. 25).

Em todo o processo de AAE a participação institucional e pública tem um papel importante, devendo este ser acompanhado pelas ERAE as quais interessem os efeitos ambientais resultantes da aplicação da RPDM de Entroncamento, podendo ainda incluir a consulta a outras entidades relevantes. Além disso, e cada vez mais importante envolver a população nos processos de planeamento embora, no caso da AAE esta só tenha um papel mais ativo na fase final do processo.

Importa salientar que a legislação referente ao processo de AAE, bem como os guias desenvolvidos, não referem uma metodologia específica, sendo meramente indicativos para a execução deste processo. Desta forma, existe alguma liberdade para desenvolver uma metodologia e ajustá-la a cada caso específico, sempre que necessário.

Neste sentido, a equipa técnica optou por escolher uma metodologia que melhor se ajusta e que lhe parece mais adequada para este processo, introduzindo algumas nuances relativamente ao que consta dos guias metodológicos referenciados na bibliografia. Assim, considera-se para efeitos deste relatório os Fatores Ambientais como aqueles que se encontram descritos na legislação, e FCD aqueles que serão analisados e avaliados e que irão conferir a focalização e objetividade deste processo de avaliação ambiental.

CAPÍTULO 3 _ OBJETO DE AVALIAÇÃO

Segundo Partidário (2007, pp. 38), o “objeto de avaliação em AAE deve-se identificar com os objetivos e as grandes opções estratégicas consideradas num processo de planeamento ou programação”. No presente processo de AAE o objeto de avaliação e a proposta de RPDM de Entroncamento, sendo avaliadas as estratégias de desenvolvimento que traduzem os objetivos e as opções consideradas para a revisão do plano.

A definição de objetivos estratégicos no quadro do procedimento da RPDM do Entroncamento afirma-se como uma necessidade que resulta quer do conhecimento das fragilidades que se deve dirimir, quer das oportunidades que importam potenciar. Para a definição das oportunidades e dos riscos são consideradas não apenas aquelas que decorrem de uma análise do Concelho à escala local, como também, as que resultam de uma leitura do Entroncamento à escala regional.

SÍNTESE DAS DEBILIDADES

Desordenamento do território

O crescimento da população residente na cidade do Entroncamento, resultado sobretudo do acolhimento de importantes fluxos migratórios oriundos de outros concelhos, teve como consequência um esforço significativo de construção destinada a habitação, desde meados das décadas de 70 e, sobretudo, 80. Esta pressão urbanística sobre o território traduziu-se, até à existência de figuras municipais de ordenamento do território, num modelo de crescimento urbano desordenado que se reflete agora no espaço, desadequado às características da população atualmente residente no Concelho. Este fenómeno tem vindo, contudo a ser contrariado nos anos mais recentes, nos quais existe maior disciplina e rigor na gestão urbanística.

Congestionamento de tráfego

A densidade populacional conjugada com o conseqüente aumento do tráfego de veículos automóveis tem resultado num acréscimo da dificuldade de mobilidade e da fruição do espaço urbano, particularmente nos espaços centrais da cidade, aspetos que se repercutem na qualidade de vida da população residente e na experiência dos visitantes da cidade.

O núcleo / infraestrutura ferroviário e a A23 como barreiras e fatores condicionadores do território

Apesar de ter sido em tempos o motor de criação e crescimento da cidade do Entroncamento, a linha de caminho de ferro, que corta a cidade sensivelmente no sentido NE / SO e todo o núcleo a ela associado constitui-se hoje como uma fratura na malha urbana do que como fator agregador.

Também a A23, que atravessa o Concelho no seu terço poente, vem introduzir uma barreira à expansão da cidade, na prática onerando e introduzindo dificuldades técnicas na execução de ligações às áreas para poente da mesma, as quais registam uma ocupação fragmentada.

Perda de dinamismo do setor ferroviário – Embora algumas atividades ligadas ao setor ferroviário, como a manutenção e reparação de material circulante e os serviços de transporte, assumam ainda uma forte representação no Concelho, tem-se verificado uma quebra do número de trabalhadores ao serviço nos estabelecimentos afetos às mesmas. É igualmente notório o fraco dinamismo do setor na medida em que se encontra ainda bastante incipiente a abordagem do tema dos caminhos de ferro no desenvolvimento de serviços de elevado valor acrescentado e para a criação artística (eg. serviços de inovação e desenvolvimento, design e software com aplicações diversificadas que podem ir desde a eficiência energética do transporte ferroviário aos jogos de computador).

Incapacidade de reconversão do tecido empresarial e de criação de postos de trabalho

Atendendo a que o setor ferroviário já não suporta no Entroncamento uma bolsa de emprego de grande dimensão e que a transição para uma economia terciária assente nos serviços às empresas e às famílias ainda não está completa, verificando-se mesmo um cenário de fraca densidade do comércio e dos serviços na cidade do Entroncamento, denota-se alguma incapacidade de reconversão do tecido empresarial. A esta associa-se o facto de o número de postos de trabalho gerados na cidade do Entroncamento ficar aquém dos registados nas cidades de Torres Novas e Abrantes.

Risco de suburbanização do Entroncamento

Considerando que o crescimento populacional nos últimos anos no Entroncamento decorreu da sua centralidade e das características do mercado imobiliário, que existe um perigo de esvaziamento deste modelo de crescimento em virtude da reação da oferta imobiliária nos concelhos onde, atualmente, trabalha uma parte significativa da população que reside no Concelho, que presentemente, apesar do Entroncamento ser um importante núcleo comercial polarizador da região envolvente, assiste-se a uma desqualificação em função de Torres Novas, por ausência de lojas de marca / âncora, que no Entroncamento se verifica uma fraca densidade do comércio e serviços às famílias, que o “alastramento” da mancha metropolitana em torno de Lisboa, num modelo em que a qualidade de vida tende a diminuir na medida do afastamento da metrópole, segundo uma lógica de círculos concêntricos, o Concelho do Entroncamento corre o risco de aproximar-se de um cenário típico de suburbanização.

SÍNTESE DAS OPORTUNIDADES

Posição privilegiada na ótica da mobilidade (*hub* regional)

O Entroncamento é um dos mais importantes centros ferroviários do país com ligações rápidas a Lisboa e ao Porto, através da Linha do Norte e a Espanha, através das Linhas do Leste e a da Beira Baixa, sendo portanto de destacar a função de *hub* regional da estação ferroviária do Entroncamento que constitui diariamente um nó importante no estabelecimento de ligações pendulares entre Lisboa e um conjunto de Concelhos vizinhos do Entroncamento. É igualmente uma área privilegiada no que respeita a ligações rodoviárias na medida em que é atravessado pela A23, a qual articulada com a A1 permite a ligação a Lisboa, Santarém, Coimbra e porto, entre outras, e um acesso privilegiado aos concelhos vizinhos da margem esquerda do Tejo, e às novas pontes sobre o Tejo de Santarém e Montijo, via IC3.

Dimensão e perfil demográfico favorável

O Concelho do Entroncamento, para além de um crescimento populacional assinalável (cerca de 19,4% no ultimo período censitário), superior ao verificado na sub-região em que se insere e à média nacional, tem vindo a demonstrar uma evidente capacidade de renovação do perfil etário, apresentando um índice de envelhecimento inferior ao registado aos níveis regional e nacional. Este perfil demográfico, ainda para mais quando enquadrado no contexto de envelhecimento populacional generalizado do país, assim como a dimensão demográfica do cidade do Entroncamento, constituem uma mais-valia com repercussões socioeconómicas positivas.

Capacidade de atração populacional

Os fluxos migratórios para o Concelho são o reflexo da sua capacidade de atração populacional proporcionada, essencialmente, pelas boas acessibilidades (proporcionadas pela linha ferroviária e pela ligação à A1 através da A23), das quais decorre uma maior proximidade relativa a Lisboa, mas também pelo preço competitivo da habitação.

Integração funcional com os territórios vizinhos e com Lisboa

O Concelho do Entroncamento possui uma significativa densidade de relações funcionais com diversos concelhos – nomeadamente com um conjunto de territórios dinâmicos e referenciais na estrutura empresarial regional e nacional - comprovados pelas movimentações pendulares motivadas por razões laborais (de e para concelhos limítrofes e Área Metropolitana de Lisboa) e facilitadas pelas boas acessibilidades ferroviárias e rodoviárias fazendo do Concelho um emissor e recetor de mão de obra.

Perfil habitacional e poder de compra

O perfil da população têm vindo a alterar-se, caracterizando-se agora por níveis de qualificação, assim como rendimento/poder de compra, superiores à média nacional e à sub-região do Médio Tejo.

As raízes históricas do Entroncamento ligadas à atividade ferroviária como potencial turístico e de reforço da iniciativa e do empreendedorismo empresarial

O desenvolvimento de projetos como o Museu Nacional Ferroviário (já iniciado) e a requalificação da estação ferroviária constituem não só fatores de valorização do património histórico como podem constituir igualmente um motor de dinamização empresarial e reforço de serviços especializados.

Existência de património ambiental atrativo e de infraestruturas de fruição de espaços verdes

O Parque do Bonito, detentor de flora e fauna abundantes e albufeira, constitui um potencial de valorização ambiental do Concelho, sendo que o projeto em curso de requalificação do seu património natural permite a valorização e salvaguarda do mesmo, assim como possibilita a promoção de atividades fluviais e de fruição dos espaços verdes, contribuindo para a qualidade de vida da população residente e para a constituição de um polo de atração turística.

Importância relativa da cidade do Entroncamento no subsistema urbano do Médio Tejo

Não obstante o Entroncamento demonstrar um desenvolvimento das atividades terciárias e logo da oferta de serviços, algo incipiente, a sua centralidade no sistema de mobilidade e consequentes funções especializadas com influência sub-regional, reflete-se na consolidação da sede de Concelho enquanto centro urbano estruturante, o que é demonstrável pelo facto da vila estar no 2.º nível da rede urbana definida pelo PROTOVT.

A proposta de RPDM de Entroncamento consiste em redefinir todo o processo de planeamento e de ordenamento do território municipal procurando considerar as mudanças significativas decorridas desde a sua 1ª publicação, nomeadamente as que dizem respeito à introdução do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Assim, com a proposta de RPDM do Entroncamento procura-se centrar a atenção na elaboração de um instrumento de gestão territorial global e adequado a todo o território e que o PDM integre todos os estudos, propostas e preocupações expressas, discutidas e negociadas, no processo de elaboração do referido plano. Para tal, definiram-se como principais objetivos estratégicos que se pretendem alcançar com a proposta de RPDM os seguintes:

EIXO ESTRATÉGICO 1: CONSOLIDAR A CIDADE RESIDENCIAL

EIXO ESTRATÉGICO 2: DESENVOLVER E CONSOLIDAR A COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO

EIXO ESTRATÉGICO 3: PRESERVAR E VALORIZAR O AMBIENTE

EIXO ESTRATÉGICO 4: REFORÇAR A MOBILIDADE MUNICIPAL E AS ACESSIBILIDADES

EIXO ESTRATÉGICO 5: AUMENTAR A EFICIÊNCIA DA GOVERNAÇÃO

EIXO ESTRATÉGICO 1: Consolidar a cidade residencial

1. Consolidar o posicionamento da cidade do Entroncamento como cidade estruturante no Médio Tejo (2º nível do PROTOVT), a qual passa pelo reforço da oferta de serviços à população e às empresas, bem como, pela oferta de equipamentos, de espaços de consumo e de lazer, e por fim, pela manutenção da relação qualidade-preço da habitação;
2. Continuar o processo de regeneração urbana, já iniciado através da intervenção no núcleo mais antigo e consolidado da cidade do Entroncamento, dando resposta às dinâmicas de “recentramento” que se desenham no território através da dinamização da articulação funcional entre as diversas áreas funcionais da cidade;
3. Promover a requalificação dos bairros (particularmente os ferroviários) que se encontrem em processo de degradação, de que é exemplo o Bairro de Camões e de edifícios desocupados, no sentido de um aproveitamento mais eficaz das suas potencialidades;
4. Desenvolver soluções para uma melhor integração do núcleo/complexo ferroviário no tecido urbano, no sentido de dirimir os impactos negativos do mesmo tais como o efeito de fratura/barreira na malha urbano, solucionando a ligação entre as duas “margens” da cidade e explorando as potencialidades associadas ao fluxo de passageiros que se servem daquele equipamento;
5. Prosseguir a requalificação e o reordenamento do núcleo urbano, através de atos de reordenamento da mobilidade e acessibilidade e de requalificação paisagística;
6. Controlar e concentrar junto ao núcleo urbano a procura de habitação, de acordo com critérios de rentabilização e de eficácia de infraestruturas, equipamentos e serviços.

EIXO ESTRATÉGICO 2: Desenvolver e Consolidar a competitividade económica do Concelho

1. Aproveitar o posicionamento da cidade do Entroncamento como *hub* regional ferroviário, desenvolver e consolidar um eixo de desenvolvimento económico associado à atividade ferroviária através de uma aposta nas atividades a montante e a jusante da mesma (eg: serviços de logística de apoio aos passageiros);

2. Investir em infraestruturas de suporte à atividade terciária e promover o investimento ao nível da competitividade imaterial do setor nomeadamente através de ações de formação, qualificação e diferenciação, entre outras;
3. Promover a criação de pequenas e médias empresas, de modo a estimular uma base económica sustentada e promover o desenvolvimento de setores inovadores e especializados associados à atividade ferroviária;
4. Consolidar e expandir a oferta de áreas dedicadas à instalação empresarial/industrial, em área prevista para tal no atual PDM, potencializando dessa forma as vantagens empresariais da sua localização junto das principais acessibilidades rodoviárias da região, particularmente do acesso privilegiado à A23 e, por via desta, à A1, e resolvendo alguma dispersão empresarial no concelho geradora de ineficiências de gestão;
5. Afirmar e promover a imagem do Concelho como área de acolhimento empresarial, potencializando os benefícios resultantes da integração funcional do concelho com os territórios envolventes e da existência de uma área empresarial planificada, com uso definido e estudado em função do mercado, beneficiada por boas acessibilidades;
6. Diversificar a base económica local, designadamente apostando na promoção, dignificação e especialização do comércio, dos serviços e da restauração, bem como, de alguma atividade turística, relacionada com o hub ferroviário e com o turismo de congressos ou ainda com as oportunidades criadas por projetos estruturantes como a requalificação da estação ferroviária ou o Museu Nacional Ferroviário.

EIXO ESTRATÉGICO 3: Preservar e Valorizar o Ambiente

1. A adaptação para a escala municipal das normas orientadoras definidas pela Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROTOVT;
2. Dar continuidade ao projeto de requalificação do Parque do Bonito, particularmente à valorização do parque verde, através da salvaguarda e proteção das espécies de fauna e flora existentes e da beneficiação das margens da albufeira, promovendo em simultâneo atividades fluviais, balneares e outras que permitam a fruição de forma segura, com sustentabilidade desse mesmo espaço pela população;
3. Criação e requalificação de espaços verdes de menor dimensão no seio da cidade;
4. Relocalização da ETAR do Entroncamento, permitindo assim o seu adequado dimensionamento e como tal, um tratamento mais eficaz das águas residuais, facto que se traduz numa melhoria da qualidade da água dos meios recetores das águas residuais tratadas; a relocalização da ETAR permite ainda o seu afastamento da área urbana e uma expansão da cidade para sul;

5. Manter e preservar as áreas de utilização agrícola no sul do concelho na medida em que estas, no quadro de um concelho ocupado quase exclusivamente por área urbana e de elevada densidade populacional, se constituem de certa forma como áreas de desafogo e de equilíbrio ambiental;
6. Promover modos alternativos e sustentáveis de transporte privilegiando o comboio como face ao automóvel e fomentado a utilização das ciclovias.

EIXO ESTRATÉGICO 4: Reforçar a mobilidade municipal e as acessibilidades

1. Manter e reforçar a posição do Entroncamento enquanto nó ferroviário, através de várias ações que integram os projetos a desenvolver de forma independente e autónoma pela REFER: construção de uma nova Estação Ferroviária; melhoria do funcionamento do serviço ferroviário da estação; melhoria das condições de interface rodoferroviário, quer com o transporte público quer com o transporte individual;
2. Reforçar a acessibilidade regional interconcelhia e em simultâneo a ligação entre as zonas norte e sul do Concelho através da construção de uma via estruturante para a cidade, que estabelecerá a ligação entre a Ponte da Pedra (Autoestrada A23) e o Parque do Bonito, e da requalificação da EN 365 que faz a ligação à Golegã;
3. Melhorar a acessibilidade a Torres Novas através do reforço da rede viária interurbana que pressupõe a construção de uma infraestrutura viária de interligação do espaço industrial e logístico do concelho do Entroncamento e da zona industrial de Riachos - Torres Novas, e consequente ligação destas áreas industriais ao IC3;
4. Conferir melhores condições de acessibilidade e circulação aos utentes da rede viária concelhia e possibilitar uma ligação adequada entre o Entroncamento e Torres Novas, através da beneficiação e requalificação da EN3, convertendo-a em via urbana no troço entre o Entroncamento e o limite do Concelho de Torres Novas, mais especificamente entre a Ponte da Pedra e a Zona Industrial;
5. Promover uma maior articulação entre os operadores ferroviário e rodoviário, criando / melhorando interfaces multimodais;
6. Deve promover-se e fomentar-se a utilização de modos alternativos e sustentáveis de transporte, privilegiando-se o comboio os transportes coletivos urbanos, as ciclovias, os percursos pedonais em detrimento do automóvel / veículos motorizados de uso único;
7. Fomentar Modos Alternativos de Transportes no Concelho, continuando com os projetos de construção e manutenção de infraestruturas de circulação pedonal e cicláveis.

EIXO ESTRATÉGICO 5: Aumentar a eficiência da governação

De acordo com o PNPT, a boa gestão territorial exige abordagens inovadoras e o respeito pelos seguintes princípios: pertinência e eficácia (resposta às necessidades, com base em objetivos bem definidos e em avaliações adequadas ao nível territorial apropriado); responsabilização (identificação clara das responsabilidades das instituições e prestação de contas); transparência (comunicação ativa e linguagem acessível); participação (da conceção à execução, monitorização e avaliação numa perspetiva aberta e abrangente); e coerência (entre as políticas sectoriais e territoriais).

Neste quadro, importa prosseguir uma agenda persistente de descentralização de competências, de acordo com o princípio da subsidiariedade, e de simplificação e flexibilização de procedimentos no âmbito das tarefas de planeamento e gestão territorial, sem prejuízo da adequada salvaguarda do interesse público e facilitando a vida aos cidadãos e às empresas.

É também fundamental prosseguir uma ação sistemática de atualização, formação e capacitação científica e técnica dos agentes do ordenamento e do desenvolvimento do território aos níveis nacional, regional e local.

CAPÍTULO 4 _ **DEFINIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO**

[1] Quadro de Referência Estratégico

De acordo com o "Guia de Melhores Práticas para AAE", da Agência Portuguesa de Ambiente, o Quadro de Referência Estratégico constitui o macro enquadramento estratégico da AAE, criando um referencial para avaliação. O QRE reúne, assim, os macro objetivos de política ambiental e de sustentabilidade estabelecidos a nível internacional, europeu e nacional que são relevantes para avaliação e são exigidos legalmente, bem como as ligações a outros planos e programas com os quais a RPDM de Entroncamento estabelece relações. Este ponto pretende então dar cumprimento ao exposto na alínea a) do n.º 1 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Para a RPDM do Entroncamento, atendendo aos seus objetivos e contextualização, assumem particular relevância os instrumentos orientadores das várias estratégias de desenvolvimento apresentados no Quadro 1.

Assume-se que, no geral, deverá existir uma convergência de objetivos destes planos e estratégias no sentido do desenvolvimento sustentável face às opções definidas na RPDM de Entroncamento e no respetivo Modelo Territorial.

A filosofia subjacente a todos estes instrumentos assenta no reconhecimento de que os objetivos económicos, sociais e ambientais podem reforçar-se mutuamente, devendo portanto avançar em conjunto. Deverá existir, assim, uma convergência de objetivos destes planos e estratégias no sentido do desenvolvimento sustentável.

Quadro 1 - Quadro de Referência Estratégico da RPDM do Entroncamento

Quadro de Referência Estratégico (QRE)
Estratégia Nacional
Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade
Estratégia Nacional para a Energia
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
Plano Diretor Municipal do Entroncamento
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais
Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos II
Lei da Água
Plano Nacional da Água
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
Plano Rodoviário Nacional 2000
Programa Nacional da Política de Ordenamento Territorial
Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego
Programa Nacional para as Alterações Climáticas
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2020 - Portugal 2020 / Programa Operacional Regional do Centro
Plano Estratégico Nacional do Turismo
Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos
Estratégia Nacional para as Florestas
Instrumentos Regionais
Plano da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

[2] QUESTÕES ESTRATÉGICAS

As questões estratégicas apresentadas no presente relatório traduzem os objectivos estratégicos da RPDM de Entroncamento e o seu potencial com implicações ambientais. A sua identificação foi efetuada com o auxílio da interpretação do objecto de avaliação descrito no Capítulo 3.

A caracterização do objecto de avaliação e definição das questões estratégicas permitem dar resposta às exigências legais da alínea a) do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, relativas à descrição geral do conteúdo e dos principais objectivos do Plano.

Assim, as questões estratégicas identificadas para a RPDM de Entroncamento são:

1. Ordenamento do Território;
2. Desenvolvimento Socioeconómico;
3. Qualidade de Vida das Populações;
4. Potenciação de Sinergias;
5. Mobilidade e Acessibilidade.

[3] CONVERGÊNCIA DAS QE DA RPDM DO ENTRONCAMENTO COM O QRE

Neste ponto será efetuada a correlação entre os objetivos dos vários instrumentos que constituem o QRE e as Questões Estratégicas definidas para a RPDM do Entroncamento. Desta análise será possível identificar os pontos onde se podem potenciar impactes positivos ou minimizar ou evitar impactes ambientais negativos. Para tal foi efetuada uma matriz com os seguintes níveis de ligação:

Ligação Fraca: quando as QE da RPDM não apresentam afinidade (direta ou indireta) com os objectivos estratégicos estabelecidos nos Planos ou Programas que constituem o QRE.

Ligação Média: quando as QE da RPDM apresentam afinidade indireta com os objectivos estratégicos estabelecidos nos Planos ou Programas que constituem o QRE.

Ligação Forte: quando as QE da RPDM apresentam afinidade direta com os objectivos estratégicos estabelecidos nos Planos ou Programas que constituem o QRE.

No quadro seguinte é apresentada a matriz de convergência entre as Questões Estratégicas e o Quadro de Referência Estratégico, que resulta do exercício exposto no Anexo 2, no quadro 22 ao quadro 41.

Quadro 2 - Relação entre o Quadro de Referência Estratégico (QRE) e as QE da RPDM do Entroncamento

QRE	FCD	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade						
Estratégia Nacional para a Energia						
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável						
Plano Diretor Municipal do Entroncamento						
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais						
Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos						
Lei da Água						
Plano Nacional da Água						
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água						
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais						
Plano Rodoviário Nacional						
Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial						
Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego						
Programa Nacional para as Alterações Climáticas						
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2020 - Portugal 2020 / Programa Operacional Regional do Centro						
Plano Estratégico Nacional do Turismo						
Estratégia Nacional para as Florestas						
Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos						

Plano da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste			
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo			
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo			

[4] FATORES AMBIENTAIS

Os Fatores Ambientais (FA) constituem os descritores que devem ser considerados enquanto passíveis de sofrer efeitos significativos decorrentes da aplicação da RPDM do Entroncamento. Na análise destes descritores deve-se ter em consideração os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos e a inter-relação entre eles.

Os Fatores definidos na alínea e) do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 Junho, são: a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os factores climáticos, os bens materiais, o património cultural, arquitectónico e arqueológico e a paisagem.

Para que o processo da AAE seja **OBJETIVO E FOCALIZADO**, é necessário seleccionar e ajustar, dos factores mencionados na legislação, os que são relevantes. Em virtude da dimensão e características do Plano, consideraram-se todos os descritores mencionados como os Factores Ambientais a integrar o processo de AAE da RPDM do Entroncamento, exceto o fator relacionado com o património cultural, arquitetónico e arqueológico.

[5] FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os Fatores Críticos para a Decisão resultam de uma análise integrada do Quadro de Referência Estratégico, das Questões Estratégicas e dos Fatores Ambientais (Figura 2). Os factores considerados são aqueles que podem causar eventuais efeitos significativos – positivos e/ou negativos – resultantes da aplicação do Plano, e sobre os quais a AAE se deve debruçar.

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE):** objetivos/metapas de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável ao nível internacional, europeu e nacional com os quais o plano estabelece relações;
- **Questões Estratégicas (QE):** traduzem os objetivos estratégicos da RPDM de Entroncamento;

- **Fatores Ambientais (FA):** Definem o âmbito ambiental relevante, orientado pelos FA legalmente definidos e sendo ajustados para o alcance e escala do plano. Os Fatores Ambientais estão estipulados no RJAAE.



Figura 2 – Determinação dos Fatores Críticos para a Decisão

Os FCD constituem-se como os temas-chave a considerar no âmbito da avaliação, conferindo-lhe a focagem e seletividade necessária para se constituir como um processo de natureza estratégica.

A definição dos mesmos resulta da interação de três dimensões que procuram fornecer informação sobre as macropolíticas públicas que influenciam o Plano, os objetivos deste e o estado atual dos fatores ambientais suscetíveis de vir a ser afetados pelo Plano.

Desta forma, do conhecimento das inter-relações positivas e/ou negativas que se estabelecem entre estas três dimensões, sugerem-se um conjunto de dimensões críticas de análise e que deverão ser objeto de um estudo mais aprofundado, no presente RA.

Assim, em função dos principais objetivos estratégicos da RPDM de Entroncamento, entendeu-se que os problemas estratégicos e os desafios daí resultantes no quadro do concelho, se bem que possam ser considerados de uma forma global e em toda a sua dimensão, estruturam-se, em termos estratégicos, num conjunto mais limitado de Fatores Críticos, que partem das dimensões e questões estratégicas atrás explicitadas.

Assim, para o caso da RPDM do Entroncamento, os Fatores Críticos para a Decisão propostos são os seguintes:

FCD	Descrição
Ordenamento do Território	Este FCD avalia a organização do espaço biofísico relativamente ao uso, ocupação e transformação do solo, bem como a forma como promove as políticas de ambiente e sustentabilidade. Este factor considera também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal, em particular os que promovem a consolidação do espaço urbano com um aumento da capacidade de suporte de vida dos cidadãos, sejam elas relativas a infraestruturas, equipamentos e espaços públicos de utilização coletiva, ou ordenamento da atividade industrial.
Sustentabilidade da Economia	Este FCD avalia os efeitos que a implementação do Plano terá no desenvolvimento e revitalização da economia local e regional, bem como na qualidade de vida da população. Reflexo da ocupação do solo prevista no PDME na diversificação e consolidação da base produtiva do Concelho do Entroncamento e no seu desenvolvimento económico, através da valorização sustentada dos recursos humanos e do património, e do reforço e aproveitamento do posicionamento estratégico do Concelho.
Mobilidade e Acessibilidade	Contributo das propostas introduzidas no Plano nas condições de acessibilidade internas e das ligações ao exterior e da mobilidade da população.
Qualidade Ambiental	Este FCD avalia o modo como o Plano afeta e influencia as condições globais da qualidade do ambiente (e.g. água, solos, ar, resíduos, ruído), nomeadamente em que medida todas as estratégias definidas poderão contribuir para a melhor gestão dos recursos hídricos, dos resíduos, do solo e da qualidade do ar.
Alterações Climáticas e Riscos Ambientais e Tecnológicos	Este FCD avalia os impactos do Plano na redução das contribuições para as alterações climáticas e no aumento da eficiência energética. Este factor integra ainda a componente dos riscos ambientais e tecnológicos e avalia assim em que medida os seus efeitos poderão ser mitigados pelas estratégias do Plano.

No Quadro 3 é estabelecida a relação entre os Factores Ambientais e os Factores Críticos para a Decisão previstos para a proposta de RPDM do Entroncamento.

Quadro 3 - Relação entre os FCD definidos e os FA previstos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho

FCD	FA
Ordenamento do Território	População Solo Bens Materiais
Sustentabilidade da Economia	População Bens Materiais
Qualidade ambiental	Biodiversidade, fauna e flora Solo Água Atmosfera Paisagem Saúde Humana Bens Materiais Factores Climáticos
Mobilidade e Acessibilidade	População Bens Materiais
Riscos Ambientais e Tecnológicos	Biodiversidade, fauna e flora Atmosfera População Solo Água Bens Materiais Factores Climáticos

[6] CRITÉRIOS, OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE E INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Os indicadores de desenvolvimento sustentável são, presentemente, não apenas necessários, mas indispensáveis para fundamentar as tomadas de decisão aos mais diversos níveis e nas mais diversas áreas, sendo por tal, a sua escolha base fundamental para que o processo de AAE cumpra os seus objetivos base.

Tendo sido identificados os Fatores Ambientais relevantes para a Decisão, encontrando-se os mesmos validados através das matrizes de convergência, houve então necessidade de associá-los a objetivos que representassem uma resposta às matérias objeto de AAE, num quadro de promoção do desenvolvimento sustentável e nos termos do definido na Diretiva 2001/42/CE.

A formulação dos objetivos é uma tarefa crítica fundamental do procedimento de AAE, garantindo a sua função estratégica, podendo vir a condicionar a concretização de objetivos do Plano e, nessa medida, orientar o eventual estabelecimento de alternativas / alterações ao modelo de planeamento, quer em questões específicas, quer alterando soluções urbanísticas.

O enunciado dos objetivos de sustentabilidade de cada um dos FCD deve ser orientado no sentido de dar resposta ao binómio sustentabilidade do meio / propostas de uso, ocupação e transformação do solo promovidas pelo Plano, contemplando e ponderando as virtudes que do Plano decorram, em balanço com eventuais efeitos menos positivos.

A matriz de seguida inscrita reveste-se por tal de relevante importância, associando-se aos FCD e respetivos objetivos, os indicadores que devem ser utilizados no relatório ambiental para verificação das metas a atingir pelo Plano / AAE.

Quadro 4. Critérios de Avaliação, Objetivos e Indicadores para os FCD da RPDM Entroncamento

FCD	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
Ordenamento do Território	Ocupação e Uso do Solo	Promover / Assegurar um crescimento sustentado que assegure a coesão territorial, evitando e minimizando a afetação de áreas sujeitas a condicionantes ambientais, protegendo as aptidões naturais dos solos evitando incompatibilidades entre usos ou atividades	Solo Urbano
			Área afeta à REN
			Área afeta à RAN
			Área afeta à Estrutura Ecológica Municipal
			Espaço florestal
	População e Território	Evolução da população no sentido da sustentabilidade e contrariar o fenómeno de suburbanização	População residente
			Densidade Populacional
			População residente e estrutura etária
			Índice de envelhecimento
			Densidade das áreas de uso dominante residencial
Nº de alojamentos			
Nº de edifícios			
Alojamentos por tipo de ocupação			
Equipamentos Coletivos	Sustentabilidade das redes de equipamentos coletivas	Oferta e procura de serviços prestados	
Capitação de equipamentos desportivos			
Sustentabilidade Económica	Competitividade	Interpretar o PDME como um objeto de promoção do crescimento sustentável Reafirmar a competitividade, atratividade e dinâmica do concelho	Espaços de atividades económicas
			N.º de empresas instaladas no concelho por ramo de atividade
			Taxa de ocupação efetiva dos espaços de atividades económicas
			Volume de negócios por atividade económica
			Quociente entre a oferta de solo industrial e grau de ocupação
	População e Competitividade	Sustentabilidade Social	População ativa por setor de atividade económica
			Taxa de atração total
			Índice de poder de compra
			Pessoal ao serviço por habilitação académica
			Pessoal ao serviço em empresas por ramo atividade
Taxa de atividade e Taxa de desemprego			
Qualidade Ambiental	Recursos Hídricos	Garantir a proteção e conservação do recurso e minimização de impactes	Estado das águas superficiais e subterrâneas
			Estado das águas para consumo humano
			Medidas de requalificação da rede hidrográfica
			Número de descargas ilegais detetadas nas linhas de água
			Medidas de controlo de impermeabilização do solo
	Ruído	Conformar a classificação de solo à classificação acústica do território	Quantitativo de população exposta a níveis de ruído superiores aos regulamentares
			Medidas de minimização de poluição sonora e relativas a recetores expostos ao ruído implementadas.
	Saneamento Básico	Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais	População servida por Sistemas de Abastecimento de Água
População servida por sistema público de			

			drenagem de águas residuais	
			População servida por estações de tratamento de águas residuais	
	Resíduos	Promover uma política adequada de gestão de resíduos	Redução da quantidade de resíduos depositada em aterro, redução de produção de resíduos indiferenciados, aumento das quantidades de resíduos diferenciados	número de depósitos de entulho existentes
				resíduos urbanos recolhidos
				resíduos urbanos recolhidos seletivamente
				rede de recolha e tratamento de resíduos sólidos
				Densidade habitacional
				Medidas de sensibilização para a separação de resíduos
				Taxa de cobertura de acessibilidade à recolha de resíduos indiferenciados
				Taxa de cobertura de acessibilidade ao serviço de recolha seletiva
	Paisagem e Ambiente Urbano	Proteger e valorizar a paisagem	Qualificação do espaço público	Espaços Verdes Criados
				Área de espaço público (re)qualificado
				Equipamentos Desportivos e de Lazer criados
				Fontes de poluição
				Identificação de intrusões visuais na paisagem
				Espaços abrangidos por corredores da ERPVA
				Espécies de fauna, flora e habitats presentes
Número de cursos de água fundamentais para a manutenção da continuidade ecológica				
Solo	Proteger e valorizar o solo	Promoção do equilíbrio ambiental	Utilização económica do solo com atividades agrícolas e florestais	
			Medidas de salvaguarda de solos de maior capacidade e sensibilidade ecológica	
			Percentagem de disfunções ambientais identificadas com solução estabelecida	
Ar	Incitar a uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública	Promover o controlo dos níveis de poluição do ar	Índice de qualidade do ar	
			Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	
Mobilidade e Acessibilidade	Tráfego Automóvel urbano	Considerar a fluidez do tráfego como condicionante ao desenvolvimento sustentável de um Concelho eminentemente urbano	Densidade da rede viária	
			Identificação dos locais de congestionamento urbano	
			Nº de intervenções para a construção de passeios e cicloviárias	
			Nº de intervenções para beneficiação e requalificação da rede viária	
	Acessibilidades ao Concelho do Entroncamento	Melhorar acessibilidades internas e externas do Concelho		Nº de intervenções no espaço público que promovam a acessibilidade
				Taxa de utilização do transporte ferroviário
				Criação melhoramento interfaces multimodais
				movimentos pendulares feitos em transportes públicos
				movimentos pendulares feitos em transporte individual
				movimentos pendulares pedonais

			movimentos pendulares intra concelhos
			movimentos pendulares entre concelhos
Riscos Ambientais e Tecnológicos	Incêndios Florestais	Prevenir este tipo de ocorrência, salvaguardando a integridade das áreas mais suscetíveis a este tipo de risco e consequentemente proteger pessoas e bens	Área florestal ardida
			Nº de ocorrências e tipologia dos povoamentos perdidos
			Vulnerabilidade ao risco de incêndio
			Medidas / Estratégias de mitigação de risco de incêndio florestal
	Cheias e inundações	Minimizar ou, se possível, eliminar a ocorrência de inundações em áreas já construídas Restrição da introdução de novas áreas ou fatores de inundação devido às opções do plano	Área sujeita a condicionamento de uso - Zonas Ameaçadas pelas Cheias
			Vulnerabilidade de ocorrências de cheias
			Número de estruturas e pessoas vulneráveis aos efeitos de inundações
			Medidas / Estratégias de mitigação de risco de cheia
	Acidente ferroviário	Acréscimo de segurança da circulação ferroviária e rodoviária Contenção de riscos ambientais e tecnológicos	Área sujeita a condicionamentos de uso
			Nº de ocorrências de acidentes ferroviários
			Suscetibilidade de ocorrência de acidentes ferroviários
			Variáveis de risco associadas a acidentes ferroviários
			Nº de medidas/ações implementadas para prevenção de acidentes ferroviários

CAPÍTULO 5 _ CONSULTA

O processo de RPDM obriga à constituição de uma Comissão de Acompanhamento⁴. De acordo com a DGOTDU⁵, as ERAE, às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da execução do plano, deverão integrar a Comissão de Acompanhamento de modo a que nela exerçam as competências consultivas em matéria de definição do âmbito da AAE e elaboração do Relatório Ambiental. A Câmara Municipal deverá indicar as ERAE e cabe à CCDR, no momento da constituição da Comissão de Acompanhamento, assegurar que as ERAE relevantes para a Revisão do PDM em concreto estejam devidamente representadas, bem como assegurar a sua efetiva participação.

As ERAE definidas a consultar para a RPDM de Entroncamento são as que integram a Comissão de Acompanhamento:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Ministério da Economia e Inovação - Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Administração da Região Hidrográfica do Tejo

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

Autoridade Nacional Florestal

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Por forma a assegurar uma adequada participação dos interessados no processo de elaboração da RPDM de Entroncamento, considerou-se, igualmente relevante a consulta à Agência Portuguesa do Ambiente, apesar de não fazer parte da Comissão de Acompanhamento.

A participação do público em geral, bem como, agências não governamentais locais com interesse nomeadamente em matéria de ambiente, será garantida através da disponibilização na internet da presente definição de âmbito. Será adotado o mesmo procedimento para o RA. As conclusões do procedimento de AAE deverão ser objeto de sessões públicas e de discussão pública em paralelo com o processo de revisão do PDME, conforme preceito legal e nota metodológica constante no presente documento.

No Anexo 1 encontra-se uma tabela síntese com o resumo dos pareceres das ERAE consultadas, no âmbito da 1ª Fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

⁴ Funcionamento regulamentado na Portaria n.º1474/2007, de 16 de novembro

⁵ Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”, novembro 2008, DGOTDU e APA

CAPÍTULO 6 _ ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

A proposta de RPDM do Entroncamento pretende contribuir para assegurar não apenas os efeitos decorrentes de um crescimento sustentado e sustentável, mas assume igualmente um conjunto de orientações que estruturam a dinâmica que se pretende criar no concelho do Entroncamento.

Conforme exposto no Relatório de Fatores Críticos, e abordado detalhadamente no capítulo 4 do presente RA, a determinação dos FCD resultou numa primeira fase, da interação entre os objetivos do QRE preconizado e as opções estratégicas definidas na proposta de RPDM do Entroncamento. Da integração das relações existentes entre os objetivos referidos anteriormente e os FA considerados mais relevantes no âmbito da presente AAE, resultaram os FCD que, neste âmbito, reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade mais significativos e que servirão de base para a tomada de decisão.

Seguidamente é apresentada a análise por FCD, com uma análise da situação existente e tendencial, avaliação das oportunidades e ameaças e diretrizes para o seguimento (planeamento, gestão e/ou monitorização). A análise terá como base os estudos desenvolvidos para a região onde se insere a área de intervenção estando as fontes de informação devidamente identificadas.

1_ FCD_ ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O FCD referente ao Ordenamento do Território é diretamente constituído pelos aspetos que “representam” a apropriação do território construído, nomeadamente pelos aspetos referentes à Ocupação e Uso do Solo, População e Território e Equipamentos Coletivos.

FCD	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
Ordenamento do Território	Promover / Assegurar um crescimento sustentado que assegure a coesão territorial, evitando e minimizando a afetação de áreas sujeitas a condicionantes ambientais, protegendo as aptidões naturais dos solos evitando incompatibilidades entre usos ou atividades	Solo Urbano / Área afeta à ocupação urbana
		Área afeta à REN
		Área afeta à RAN
		Área afeta à Estrutura Ecológica Municipal
		Espaço florestal
		Espaço agrícola
	Evolução da população no sentido da sustentabilidade e contrariar o fenómeno de suburbanização	População residente
		Densidade Populacional
		População residente e estrutura etária
		Índice de envelhecimento
		Densidade das áreas de uso dominante residencial
		Nº de alojamentos
		Nº de edifícios
	Sustentabilidade das redes de equipamentos coletivos	Alojamentos por tipo de ocupação
		Oferta e procura de serviços prestados
	Capitação de equipamentos desportivos	

1.1] SITUAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

Os **SOLOS URBANOS**, são solos que se encontram total ou parcialmente dotados de infraestruturas urbanas e equipamentos coletivos, distinguindo-se por possuírem uma ocupação urbana predominantemente consolidada. Em relação ao PDM de 1995 ocorreram alguns acertos e aumentos nos perímetros urbanos e nos espaços de atividades económicas bem como foi introduzida a categoria de espaços de uso especial - infraestruturas estruturantes.

A proposta de revisão do PDM de Entroncamento procurou estruturar, completar e redefinir o perímetro urbano, criando uma relação hierárquica de aglomerados urbanos.

Assim, apresenta-se a qualificação do solo urbano para o concelho do Entroncamento descrevendo-se as categorias de espaço adotadas:

- a) Espaços Centrais
- b) Espaço Habitacionais
- c) Espaços Urbanos de Baixa Densidade
- d) Espaços Verdes
- e) Espaço de Uso Especial - Equipamentos
- f) Espaços de Uso Especial - Infraestruturas Estruturantes
- g) Espaços de Atividades Económicas

O solo urbano ocupa uma área de 987,51 ha, o que corresponde a 71,93% da área total do concelho.

A **RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)**, consagrada na lei portuguesa pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, constitui uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo seu valor e sensibilidade ecológica ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. A REN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas.

A REN publicada no município do Entroncamento ocupa uma área de cerca de 199,99 hectares o equivalente a 14,6% de área total do concelho. No âmbito da RPDM e considerando a REN bruta, a área ocupada por esta condicionante biofísica é de 1.065,65 hectares, tendo aumentado a sua expressão em termos relativos para 77,63% da área do município.

A **RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)**, consagrada na lei portuguesa pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, constitui-se como uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objetivos do regime jurídico vigente nos vários tipos de terras e solos. A RAN é o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.

A RAN publicada, que se encontra em vigor ocupa cerca de 497,35 hectares, o que equivalente a 36,23% da área total do concelho. Tendo por base os trabalhos de RPDM de Entroncamento, verifica-se que a área afeta a esta condicionante desce para os 304,46 hectares, o que corresponde a cerca de 22,17% da área de intervenção.

A **ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA** inclui áreas cuja importância é fundamental para os corredores de *continuum naturale* que atravessam o concelho e garantem a manutenção de espécies e recursos fundamentais para o equilíbrio ambiental e paisagístico. São áreas passíveis de ser utilizadas, quer através de práticas agrícolas e florestais, quer como áreas de recreio, desporto e de lazer que promovam o convívio das populações.

A delimitação da Estrutura Ecológica Municipal divide-se em solo urbano e solo rural. Relativamente à área da EEM em solo urbano, ocupa uma área de 41,26 hectares. Em solo rural, a sua expressão é muito mais, ocupando uma área de 265,69 hectares.

O território com **USO DOMINANTE FLORESTAL** corresponde a áreas marginais do território do Entroncamento, cabendo apenas cerca de 8,23% superfície área total, o que equivale a 113,04 ha. Atendendo ao atual coberto vegetal do Parque Urbano do Bonito, maioritariamente ocupado com espécies de folhosas, a área florestal, ocupa o quadrante Nordeste do Concelho do Entroncamento, na continuidade de maciços florestais que se situam a Norte do mesmo.

Os **USOS AGRÍCOLAS** encontram-se principalmente localizados no Sul do Concelho, associados a áreas aluvionares características da Lezíria do Tejo. Coincidem igualmente com as áreas com reconhecida maior capacidade de uso agrícola do solo e por tal genericamente classificadas como RAN. Nestas áreas do Sul do Concelho, encontram-se ainda resquícios de assinalável atividade agrícola, com presença não despendida de sistemas de regadio.

Na superfície e aspeto uso dominante agrícola no Entroncamento, releva ainda a área afeta a Pomares e a Olivais, verificando-se contudo algum abandono dos mesmos. Em termos de superfície com uso agrícola dominante, cabe contudo às áreas caracterizadas por terem sistemas culturais e

parcelares complexos, a maior representatividade no Concelho. Nas áreas Centro e Norte do Concelho, que envolvem parte das áreas urbanas consolidadas, encontram-se construções edificadas à parcela e com a restante superfície ocupada com atividades agrícolas complementares e de lazer. Nas áreas afetas a este sistema sobrepostas a RAN, verifica-se a existência de parcelamento significativo e de policultura que caracteriza o mesmo.

De referir ainda a ocupação marginal por vinhas e ainda, a instalação de uma estufa na extrema Sul do Concelho. Por último, refere-se que aos usos agrícolas se encontram associados 362,30 ha, o que significa cerca de 26,39%.

No que diz respeito à **EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA**, em grande parte das NUT III que constituem a Região Centro, verifica-se ainda o aprofundar da crise demográfica no último período intercensitário (2001-2011), constatando-se o reforço das taxas de variação negativas em algumas das subregiões e um aumento populacional menos significativo noutras. A subregião do Médio Tejo, onde se localiza o Concelho do Entroncamento, tal como as do Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte e Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Sul e Cova da Beira contribuem para o decréscimo do efetivo populacional do Centro.

Num contexto regional onde se tem registado um decréscimo populacional, o Concelho do Entroncamento apresentou entre 1991 e 2001 um acréscimo de 27,75% no seu efetivo populacional, o mais elevado da subregião, destacando-se claramente dos restantes concelhos.

Os dados do último período intercensitário (2001-2011) vêm confirmar o cenário de continuidade da redução populacional na generalidade dos Concelhos que constituem a região do Médio Tejo, à excepção de Constância, Entroncamento e Vila de Rei, reforçando-se aqui o facto de que o Entroncamento registou, claramente, a maior taxa de variação populacional (11%). Esta discrepância dos valores registados no Entroncamento face aos restantes concelhos não é alheia ao facto de este ser, essencialmente, um concelho urbano. Na realidade, num quadro geral de perda de população rural em função do crescimento dos centros urbanos, é expectável que um concelho ocupado quase na sua totalidade por espaço urbano, para mais com boas acessibilidades, apresente uma variação populacional positiva e muito superior à de outros concelhos mais rurais localizados na sua envolvente

O Concelho do Entroncamento representa o 5.º maior efetivo populacional da subregião do Médio Tejo, mas é contudo o de menor dimensão havendo, por tal, uma desproporcionalidade de ranking hierárquico do Concelho na subregião quando se compara duas variáveis: a dimensão e a população residente.

A superfície e a população residente do Concelho resultam numa **DENSIDADE POPULACIONAL** que sobressai claramente dos demais Concelhos. Tendo a subregião do Médio Tejo uma densidade populacional de 95,7 hab./Km², os concelhos que a integram apresentam valores muito distintos que variam entre os 18,4 hab./Km² no Concelho de Mação e 1.472 hab./Km² no concelho do Entroncamento, sendo notória uma maior concentração populacional na área poente da subregião

Num contexto nacional de envelhecimento generalizado, a atratividade populacional do Concelho do Entroncamento tem um reflexo direto na **ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO** concelhia, permitindo que apresentasse em 2011, diferenças significativas face ao perfil etário regional. Numa análise comparativa das pirâmides etárias de 2011 relativas ao Concelho do Entroncamento e ao Médio Tejo, verifica-se que o Entroncamento possuía uma população menos envelhecida, facto visível quer pela menor proporção de população com mais de 70 anos, quer pela forte predominância da população nas faixas etárias entre os 25 e os 44 anos e pela maior proporção de crianças até aos 14 anos de idade.

Analisando a evolução da distribuição da população residente pelos grupos etários, entre 2001 e 2011, conclui-se que neste período o Concelho sofreu um **ENVELHECIMENTO POPULACIONAL**, verificando-se uma diminuição do peso relativo da população jovem, nos grupos etários dos 0 aos 24 anos, bem como um aumento do peso da população idosa (com 65 e mais anos). Esse envelhecimento encontra-se patente na evolução dos índices que estabelecem a relação entre a população jovem e idosa. De facto, no Concelho do Entroncamento o índice de envelhecimento registou um acréscimo significativo entre 1991 e 2011, cifrando-se em 2011 em 113, ou seja, um total de 113 idosos (65 anos e mais) por cada 100 pessoas com idades até aos 14 anos.

De acordo com os resultados dos Censos 2011, constata-se que o Concelho do Entroncamento totalizava, naquele ano, 4 150 **EDIFÍCIOS**, o que significa um aumento de cerca de 12,9 % relativamente a 2001. Este acréscimo revela-se superior ao verificado na região do Médio Tejo (9,3 %) e vai ao encontro do aumento populacional que tem ocorrido neste Concelho. O acréscimo do número de edifícios no Concelho foi acompanhado por um aumento, ainda mais significativo, do número de **ALOJAMENTOS**, cerca de 22,8 % relativamente a 2001 (um valor significativamente mais elevado que a taxa de variação registada na sub-região do Médio Tejo, 12,6 %). Este desfasamento entre o acréscimo de edifícios e de alojamentos é, por si só, indicativo de uma crescente adoção de tipologias de edifícios de habitação plurifamiliar, em detrimento da unifamiliar, e resultou num aumento do **NÚMERO MÉDIO DE ALOJAMENTOS POR EDIFÍCIO** (2,4 em 2001 e 2,6 em 2011).

De salientar que a relação entre o número de alojamentos e o número de edifícios no Concelho do Entroncamento era, em 2011, cerca de duas vezes mais elevada que a registada na sub-região (1,3 alojamentos/edifício) onde se insere o Concelho, facto que se justifica pelo carater urbano deste município e pelos padrões de construção associados ao mesmo.

Nos alojamentos, e tal como acontece um pouco por todo o país, são quase na sua totalidade de tipologia clássica e destinados, maioritariamente, à residência habitual. De facto, cerca de 75% dos **ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS TÊM COMO FINALIDADE** a residência habitual e somente 10,6% o uso sazonal. Atendendo ao quadro regional, no qual o uso sazonal tem um peso de 21,9%, os valores concelhios indiciam, por um lado, o fraco desenvolvimento da atividade turística, assim como, da 2ª residência e, por outro, embora não de forma tão direta a capacidade do município na fixação de população.

Os alojamentos vagos no território municipal representam cerca de 14,3% dos alojamentos familiares clássicos (valor aproximado do registado na sub-região), e dizem respeito maioritariamente a alojamentos para venda.

Os **EQUIPAMENTOS COLETIVOS** possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a otimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

Os equipamentos coletivos considerados, pelo seu papel essencial de apoio social e de satisfação das necessidades básicas da população, são os seguintes:

Quadro 5. Tipo de equipamentos e procura. Fonte: Estudos de caracterização do PDM - Volume 4

Equipamento	Tipologia	Oferta	Procura
Equipamentos Administrativos	Administração Central [Conservatória do Registo Predial e Civil, Repartição de Finanças, Segurança Social, Tribunal da Comarca do Entroncamento] Administração Local [Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Junta de Freguesia de São João Baptista, Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima]	8	Sd
Equipamentos Culturais	Biblioteca Municipal do Entroncamento Centro Cultural Museu Nacional Ferroviário Cineteatro S. João Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento Associações e Clubes, 42	47	Sd

Equipamentos Desportivos	Grande Campo de Jogos, 3 Pequenos Campos de Jogos, 8 Pavilhões e Salas de desporto, 2 Piscinas, 1	14	Sd
Equipamentos Ensino	Jardim de infância, 4 1º Ciclo Ensino Básico, 3 2º e 3º Ciclo Ensino Básico, 1	8	2990
Equipamentos de Saúde	Centro de Saúde Farmácia, 4	5	14819
Equipamentos de Segurança Pública	Polícia de Segurança Pública Bombeiro Voluntários	2	Sd
Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social	Apoio a crianças e jovens, 3 Apoio a idosos, 4	7	700
TOTAL		91	-

De acordo com informação da Câmara Municipal do Entroncamento⁶, existem 14 equipamentos desportivos que ocupam uma área de cerca de 42.832 m².

Tipologicamente predominam os pequenos campos de jogos, que correspondem, na maioria, que integram campos de ténis, skate parque e polidesportivos, sendo também esta tipologia de equipamentos que, conseqüentemente, apresenta uma maior distribuição espacial pelo território municipal, logo seguidos pelos grandes campos de jogos, maioritariamente correspondendo a campos de futebol não oficiais.

Especialmente, verifica-se uma maior concentração dos equipamentos na freguesia de Nossa Sr.^a de Fátima, facto que resulta essencialmente da localização nesta freguesia do Complexo Desportivo Municipal do Entroncamento, o qual integra diversos equipamentos desportivos, mas também da existência de alguns pequenos campos de jogos (polidesportivos e campo de ténis) disseminados pela freguesia. Importa salientar que as áreas de carácter rural encontram-se desprovidas deste tipo de equipamentos, sendo que os existentes concentram-se no aglomerado urbano.

No seu conjunto, a relação área desportiva útil/habitante é, neste concelho, de 2 m².

Quadro 6 . Equipamentos Desportivos no Sabugal, por tipologia. Fonte: Estudos de caracterização do PDM - Volume 4

Tipologia	Situação Existente	
	TOTAL	ÁREA (m ²)
Grande Campo de Jogos	3	24.808,7
Pequeno Campo de Jogos	8	7.682,2
Pavilhão / Sala de Desporto	2	5.271,1
Piscina	1	5.070
TOTAL	14	42.832

⁶ Estudos de caracterização do PDM - Volume 4

1.2] ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A presente análise de tendências tem em consideração a evolução provável do estado do ambiente na ausência da proposta de RPDM do Entroncamento. De uma forma geral, na ausência da implementação da proposta de RPDM do Entroncamento, a situação existente relativamente aos três critérios analisados neste FCD será mantida, não se prevendo alterações significativas relativamente à tendência caracterizada na situação de referência ao nível dos diversos domínios de avaliação analisados.

O quadro que se segue apresenta um resumo da tendência da evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM.

Quadro 7 - Avaliação da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM do Entroncamento

FCD	Critério de Avaliação	Indicadores	Tendências
Ordenamento do Território	Ocupação e Uso do Solo	Solo Urbano	
		Área afeta à REN	
		Área afeta à RAN	
		Área afeta à Estrutura Ecológica Municipal	
		Espaço florestal	
		Espaço agrícola	
	População e Território	Evolução da população residente	
		Densidade populacional	
		População residente e estrutura etária	
		Índice de envelhecimento	
		Densidade das áreas de uso dominante residencial	
		Nº edifícios	
		Nº de alojamentos	
	Equipamentos Coletivos	Alojamentos por tipo de ocupação	
		Oferta e procura de serviços prestados	
	Capitação de equipamentos desportivos		

Tendência de evolução	-	-/+	+
-----------------------	---	-----	---

1.3] OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como os recursos relacionados com o ordenamento do território irão ser afetados com a implementação da proposta de RPDM do Entroncamento. Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças.

Quadro 8 - Oportunidades e ameaças da proposta de RPDM do Entroncamento no que respeita ao FCD - Ordenamento do Território

Oportunidades	Ameaças
Melhoria do estado de ordenamento do território contribuindo para um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções e o sistema biofísico Possibilidade de executar um desenho urbano estruturado, coerente e atrativo numa área de topografia favorável	Aumento dos níveis de impermeabilização do solo

Do ponto de vista do ordenamento territorial, o balanço entre as ameaças e as oportunidades é favorável à proposta de elaboração da RPDM do Entroncamento, uma vez que potencia a organização espacial do território e contribui para uma afirmação da competitividade da base económica local, indo de encontro às metas e orientações estratégicas propostas pelos diferentes programas e políticas de âmbito nacional, regional e local.

A implementação e execução de projetos e de ações que prossigam os objetivos estratégicos da RPDM do Entroncamento produzem efeitos positivos sobre todos os domínios do FCD _ Ordenamento do Território, pois permitem e contribuem para um melhor e mais equilibrado ordenamento do território e para a criação de novos equipamento e serviços de apoio à população. São exemplos disso a intenção do Executivo em promover a requalificação dos bairros que se encontrem em processo de degradação [como o Bairro de Camões e edifícios desocupados], dar continuidade ao projeto de requalificação do Parque do Bonito, particularmente à valorização do parque verde. Pretende-se, ainda, manter e preservar as áreas de utilização agrícola a sul do concelho.

2_ FCD_ SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA

O desenvolvimento económico de um município é um dos principais aspetos a ter em conta no quadro de definição de estratégias de desenvolvimento de um território. Sendo o PDM o principal IGT e aquele que define as principais orientações estratégicas para o município, é essencial a análise de um FCD dedicado à Sustentabilidade Económica. A análise deste FCD pretende identificar as potencialidades e / ou constrangimentos que a proposta de RPDM do Entroncamento terá ao nível do desenvolvimento económico e da sua dinâmica empresarial, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos para esta revisão, sendo a análise balizada pelos objetivos de sustentabilidade definidos nesta AAE para a revisão do PMOT. Estes objetivos de sustentabilidade pretendem contribuir para consolidar o dinamismo empresarial, para um posicionamento estratégico e uma capacidade competitiva mais forte do município face ao enquadramento regional onde se insere e, finalmente, para a melhoria de vida das populações.

O FCD referente à Sustentabilidade Económica é diretamente constituído pelos aspetos que “representam” a promoção do crescimento sustentável, a atratividade e a sustentabilidade social no concelho de Entroncamento, nomeadamente pelos aspetos referentes à Competitividade e População e Competitividade.

FCD	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
Sustentabilidade Económica	Interpretar o PDME como um objeto de promoção do crescimento sustentável Reafirmar a competitividade, atratividade e dinâmica do concelho	Espaços de atividades económicas
		N.º de empresas instaladas no concelho por ramo de atividade
		Taxa de ocupação efetiva dos espaços de atividades económicas
		Volume de negócios por atividade económica
		Quociente entre a oferta de solo industrial e grau de ocupação
	Sustentabilidade Social	População ativa por setor de atividade económica
		Taxa de atração total
		Índice de poder de compra
		Pessoal ao serviço por habilitação académica
		Pessoal ao serviço em empresas por ramo atividade
Taxa de atividade e Taxa de desemprego		

2.1] SITUAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

O desenvolvimento da **ATIVIDADE INDUSTRIAL** centra-se na zona industrial do Entroncamento, criada para tal efeito, sendo rara a dispersão de indústria pela cidade, sendo que, cumulativamente assistiu-se, ainda recentemente, à abertura de instalações logísticas apoiadas no modo ferroviária, um tanto ou quanto em prolongamento das instalações da TVT (Terminal Multimodal do Vale do Tejo). **O espaço de atividades económicas ocupa uma área de 143,51 ha, que corresponde a 10,5% da área total do concelho.**

O peso económico dos diferentes setores, indicado através do **VOLUME DE NEGÓCIOS** verificado em 2014, fornece uma perspetiva diversa do perfil setorial do Concelho, e reflete mais claramente a importância do setor secundário. A indústria transformadora e o Comércio por grosso e a retalho são largamente dominantes – representavam ambas, em 2014, cerca de 36,8%, somando um total de 73,6% do volume total de negócios.

Avaliando a **ESTRUTURA DOS ATIVOS SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE** para o concelho do Entroncamento, os estudos efetuados revelam a importância generalizada do emprego dos residentes no setor terciário, que representava 83% dos ativos em 2011. O setor primário não tem expressão (1%) no concelho e apenas 17% da população empregada está associada ao setor secundário. Segundo os Recenseamentos Gerais da População, no computo geral o quadro dos ativos manteve-se igual ao do ano 2001.

As particularidades do Concelho do Entroncamento expressam-se na distribuição geográfica e na tipologia de atividades económicas do mesmo. Com efeito, ao contrário de grande parte dos Concelhos que o envolvem, em que a ocupação do território e atividades que em sequência se desenvolvem são maioritariamente ligadas ao mundo rural, pontuando depois áreas dedicadas a usos dos outros setores de atividades económicas, no Concelho do Entroncamento, a sua dimensão e a sua ocupação maioritariamente com usos urbanos, inverte esta hierarquização de usos. Estamos por tal em presença de uma distribuição de atividades e dum peso relativo das mesmas no território distinto dos que caracterizam a envolvente, claramente dominado por usos do terciário, de apoio a uma sociedade urbana, em que as atividades do secundário e do primário ocupam posições marginais no território.

O perfil de **HABILITAÇÕES ESCOLARES DO PESSOAL AO SERVIÇO DAS EMPRESAS** do Entroncamento pode ser considerado bom uma vez que 35% da população residente no Concelho do Entroncamento e empregada detinha habilitações de nível médio/superior (níveis de ensino pós-secundário ou

superior), face a 24% no Médio Tejo e 27% de média nacional, o que demonstra um quadro de qualificação dos recursos humanos claramente mais favorável.

Numa leitura mais pormenorizada da distribuição da população empregada, residente no Concelho do Entroncamento e no Médio Tejo, pelos vários níveis de escolaridade, constata-se que comparativamente com o Médio Tejo o concelho apresenta percentagens superiores de população empregada nos três níveis mais elevados de escolaridade - pós-secundário, secundário e superior -, sendo de notar que esta discrepância é ainda mais notória no ensino superior.

Também na taxa de analfabetismo se denota uma forte diferenciação do Concelho do Entroncamento face aos valores apresentados a nível regional e pelos restantes concelhos da sub-região. O Concelho registava, em 2011, uma taxa de analfabetismo de 2,6 %, a mais reduzida do Médio Tejo e muito inferior à média da subregião (5,8%).

O Concelho apresentava, em 2011, uma das mais elevada **TAXAS DE ATRAÇÃO TOTAL**⁷ do Médio Tejo (13,7%) e superior à média regional, apenas ultrapassada pelo concelho de Vila de Rei. Para estes valores terão contribuído, conjuntamente com os níveis de acessibilidade, as características do mercado imobiliário, pois “(...), os valores das avaliações bancárias efetuadas aquando da concessão de crédito hipotecário indiciam que o Entroncamento manteve durante um longo período um preço por m² mais baixo que o registado noutras cidades do Médio Tejo, nomeadamente Torres Novas e Tomar.”⁸

Além destes aspetos, o Concelho do Entroncamento apresenta ainda o **PODER DE COMPRA** da população residente como outro fator distintivo face aos concelhos envolventes. De acordo com os dados dos Censos de 2011, o poder de compra concelhio (109,82) estava acima da média regional e era o mais elevado do Médio Tejo.

Segundo o INE e relativamente ao **PESSOAL AO SERVIÇO DAS EMPRESAS POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÓMICA**, em 2014, verifica-se que existem 4.588 pessoas empregadas e as atividades predominantes no concelho são as seguintes: Indústrias transformadoras (31,2%), Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (24,7%). Com uma representatividade bastante inferior surgem as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (9,5%) e as Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (5,9%).

⁷Taxa de atração total – Relação entre a população residente que 5 anos antes residia noutra unidade territorial ou noutro país.

⁸Câmara Municipal do Entroncamento (2009), Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Acção 2013 para o Concelho do Entroncamento.

Relativamente ao desemprego e de acordo com o Censos de 2011, o Entroncamento apresentava a **TAXA DE DESEMPREGO** de 10,49%, tendo sofrido um aumento de dois pontos percentuais em relação ao recenseamento de 2001, sendo que à escala Continental encontrava-se nos 13%. O perfil da população desempregada quer por idades, quer por habilitações académicas, permite evidenciar uma tendência para o desemprego afetar cada vez mais a população nas idades mais ativas dos 25 - 64 anos, sintoma que não deixa de ser preocupante, tanto mais quanto, no decénio em análise, a parcela desta população representa 55% da população residente.

No município houve um ligeiro decréscimo, na **TAXA DE ATIVIDADE**, em relação ao ano de 2001, passando para 48,43% no período censitário de 2011.

2.2] ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A presente análise de tendências tem em consideração a evolução provável do estado do ambiente na ausência da proposta de RPDM do Entroncamento.

O quadro que se segue apresenta um resumo da tendência da evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM.

Quadro 9 - Avaliação da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM do Entroncamento

FCD	Critério Avaliação	Indicador	Tendência
Sustentabilidade Económica	Competitividade	Espaços de atividades económicas	
		N.º de empresas instaladas no concelho por ramo de atividade	
		Taxa de ocupação efetiva dos espaços de atividades económicas	
		Volume de negócios por atividade económica	
		Quociente entre a oferta de solo industrial e grau de ocupação	
	População e Competitividade	População ativa por setor de atividade económica	
		Taxa de atração total	
		Índice de poder de compra	
		Pessoal ao serviço por habilitação académica	
		Pessoal ao serviço em empresas por ramo atividade	
		Taxa de atividade	
		Taxa de desemprego	
Tendência de evolução	-	-/+	+

2.3] OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como os recursos relacionados com a sustentabilidade económica irão ser afetados com a implementação da proposta de RPDM do Entroncamento. Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças.

Quadro 10 - Oportunidades e ameaças da proposta de RPDM do Entroncamento no que respeita ao FCD - Sustentabilidade Económica

Oportunidades	Ameaças
Criação de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas estruturados e infraestruturados que sejam atrativos e promovam a fixação de investimentos	Impactos paisagísticos na área envolvente Aumento dos níveis de impermeabilização do solo

O PDM do Entroncamento pode assumir o papel de motor e de motivador de novas dinâmicas de desenvolvimento e de investimento.

3_ FCD_ QUALIDADE AMBIENTAL

A qualidade ambiental contribui decisivamente para a valorização territorial e através desta para o crescimento económico e competitividade⁹, constituindo um fator importante para a saúde pública, qualidade de vida da população humana e para o equilíbrio dos ecossistemas. Quando os critérios de qualidade ambiental são desde cedo introduzidos como desígnios a garantir através dos Instrumentos de Ordenamento do Território contribui-se para o desenvolvimento sustentável e o alcance de elevados níveis de competitividade.

Reconhecendo-se que a proposta de RPDM do Entroncamento preconiza ações que envolvem direta ou indiretamente questões determinantes para a qualidade ambiental, procede-se no âmbito da avaliação do presente FCD à sua análise, contextualizada por uma caracterização da situação atual da área sob influência do Plano, de forma a que, antecipadamente, e se necessário, possam ser projetadas intervenções mitigadoras ou planeadas medidas corretivas para as ações que eventualmente congreguem potenciais impactes ambientais negativos. Neste âmbito as questões que antevêm como relevantes são a salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos, a prevenção da poluição sonora, o saneamento básico, a gestão dos resíduos, as questões relacionadas com a paisagem, o solo e a qualidade do ar.

⁹ Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007, de 20 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

O quadro seguinte apresenta os domínios de avaliação definidos para este FCD, associa-lhes o objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir e os respetivos indicadores.

FCD	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
Qualidade Ambiental	Garantir a proteção e conservação do recurso e minimização de impactes	Estado das águas superficiais e subterrâneas
		Estado das águas para consumo humano
		Medidas de requalificação da rede hidrográfica
		Número de descargas ilegais detetadas nas linhas de água
		Medidas de controlo de impermeabilização do solo
	Conformar a classificação de solo à classificação acústica do território	Quantitativo de população exposta a níveis de ruído superiores aos regulamentares
		Medidas de minimização de poluição sonora e relativas a recetores expostos ao ruído implementadas.
	Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais	População servida por Sistemas de Abastecimento de Água
		População servida por sistema público de drenagem de águas residuais
		População servida por estações de tratamento de águas residuais
	Promover uma política adequada de gestão de resíduos Redução da quantidade de resíduos depositada em aterro, redução de produção de resíduos indiferenciados, aumento das quantidades de resíduos diferenciados	Tipo de recolha
		Tipo de destino
		Rede de recolha e tratamento de resíduos sólidos
		Densidade habitacional
		Medidas de sensibilização para a separação de resíduos
		Taxa de cobertura de acessibilidade à recolha de resíduos indiferenciados
		Taxa de cobertura de acessibilidade ao serviço de recolha seletiva
	Proteger e valorizar a paisagem Qualificação do espaço público Preservar a continuidade e a conectividade ecológica dos eixos importantes para a EEM Proteger os leitos dos cursos de água, respetivas margens e galerias ripícolas	Espaços Verdes Criados
		Área de espaço público (re)qualificado
		Equipamentos Desportivos e de Lazer criados
		Fontes de poluição
		Identificação de intrusões visuais na paisagem
		Espaços abrangidos por corredores da ERPVA
		Espécies de fauna, flora e habitats presentes
		Número de cursos de água fundamentais para a manutenção da continuidade ecológica
		Estado de conservação das galerias ripícolas dos cursos de água
Área marginal dos cursos de água sujeita a proteção / requalificação		
Proteger e valorizar o solo Promoção do equilíbrio ambiental	Utilização económica do solo com atividades agrícolas e florestais	
	Medidas de salvaguarda de solos de maior capacidade e sensibilidade ecológica	
	Percentagem de disfunções ambientais identificadas com solução estabelecida	
Incitar a uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública Promover o controlo dos níveis de poluição do ar	Índice de qualidade do ar	
	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	

3.1] SITUAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

No âmbito da **QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS** e, de acordo com a informação constante no SNIRH, no concelho do Entroncamento existe uma estação de monitorização, inserida na Rede de Qualidade da Água Superficial, denominada "Valada_Tejo", que permite caracterizar qualitativamente os recursos hídricos superficiais.

A classificação da água foi efetuada com base nos critérios da Classificação dos Cursos de Água Superficiais de acordo com as suas Características de Qualidade para Usos Múltiplos, propostos pelo INAG. A análise aos resultados apresentados na estação de monitorização de Valada_Tejo, demonstram que, entre os anos 1995 e 2013, a qualidade da água nesta estação tem sido "razoável", sendo que no ano de 2011 classificou-se como "boa" e no ano de 2013 foi "muito má".

No âmbito da **QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS** o concelho do Entroncamento encontra-se inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, integrando-se na sua totalidade na unidade hidrogeológica da Bacia do Tejo-Sado. Não obstante, a reduzida área do município, este é abrangido por dois sistemas aquíferos, que se sobrepõem: o Sistema Aquífero Margem Direita do Tejo e o Sistema Aquífero Aluviões do Tejo.

O SNIRH dispõe de redes de monitorização de quantidade e qualidade de águas subterrânea e de superfície, verificando-se a inexistência de qualquer estação da rede no Concelho do Entroncamento. Face à falta de dados de base das redes de monitorização do SNIRH, optou-se por efetuar uma caracterização das massas de água subterrâneas onde se integra o Entroncamento tendo como fonte o PGRH Tejo, Síntese para Consulta Pública - Versão Extensa¹⁰.

No âmbito da elaboração do PGRH Tejo foram realizados testes no sentido de avaliar o estado das MA subterrâneas. Apresentam-se no quadro seguinte os resultados dos testes e consequente avaliação do estado (quantitativo e químico) das MA¹¹ nas quais se integra o Concelho do Entroncamento.

¹⁰ Disponível em http://www.planotejo.arhtejo.pt/docs/PGRH/docs_consulta_publica/RT_sintese_Extensa.pdf

¹¹ Importa referir que, de acordo com o PGRH Tejo, alguns dos testes foram amplamente condicionados devido à inexistência de dados sobre os locais e/ou MA em causa. Na avaliação do estado quantitativo foi em muitos casos impossível proceder à execução dos testes do escoamento superficial e dos ETDAS, enquanto na avaliação do estado químico não foi por vezes possível proceder à realização dos testes da diminuição da qualidade química ou ecológica das MA superficiais e dos ETDAS, não permitindo assim, nesses casos, a classificação de estado medíocre.

MA	Estado Quantitativo	Estado Químico
Bacia Tejo Sado/Margem Direita	Bom	Bom
Aluviões do Tejo	Bom	Medíocre

⁽¹⁾ Não aplicável

* ETDAS - Ecossistemas terrestres dependentes das águas subterrâneas

Quadro 11. Estado quantitativo e qualitativo das MA subterrâneas | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa.

A responsabilidade pela gestão e exploração dos sistemas “em alta” de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de efluentes encontra-se concessionada à empresa Águas do Centro, S.A.¹², a qual é responsável pelo abastecimento de água “em alta” e pela drenagem e tratamento de águas residuais, também “em alta”, enquanto o sistema “em baixa” é da responsabilidade da autarquia. O concelho do Entroncamento encontra-se, em termos de **ABASTECIMENTO DE ÁGUA**, com uma cobertura total.

No que diz respeito aos **SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS**, a população servida corresponde a cerca de 99% da população total. No município existem duas **ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS** - a ETAR municipal do Entroncamento, localizada junto ao limite sudeste da cidade do Entroncamento e a ETAR que serve a área industrial do Entroncamento e localizada junto a essa mesma área - e a população servida ronda os 95% do total da população do município.

A recolha de **RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS** é efetuada pelos serviços da Câmara Municipal do Entroncamento, cobre a totalidade do Concelho e funciona de modo satisfatório, com elevado nível de serviço prestado. A recolha é totalmente contentorizada, dispendo o município de recipientes de deposição coletiva (cerca de 653) espalhados pelo Concelho, o que corresponde a um rácio de 1 RSU/31 habitantes e uma taxa de cobertura de acessibilidade ao serviço de 100% (buffer – 100m). O município é também responsável pela lavagem e desinfeção periódica dos contentores. Após a sua recolha os RSU produzidos no Concelho têm como destino o Aterro Sanitário da RESITEJO, Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo¹³, localizado no Arrepiado, freguesia da Carregueira, concelho da Chamusca.

¹² Constituída pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2001, de 30 de Junho, a Águas do Centro, S.A. é, por um período de 30 anos, detentora da concessão de Gestão e Exploração do **Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Raia, Zêzere e Nabão**. Embora o Concelho do Entroncamento não se encontrasse inicialmente integrado neste sistema multimunicipal, com a cobertura legal que é conferida pelo n.º 1 do artigo 2.º do mencionado DL, no qual é referido que “O sistema pode ser alargado a outros municípios, mediante reconhecimento de interesse público justificativo” o âmbito de atuação da AdC foi alargado aos municípios de Alcanena, Entroncamento, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha, todos pertencentes ao Médio Tejo.

¹³ O Sistema de Gestão de Resíduos da RESITEJO entrou em funcionamento em maio de 1999, abrange a área geográfica dos concelhos de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã,

A recolha seletiva de papel/cartão, vidro, embalagens e pilhas é realizada pela RESITEJO nos pontos de recolha distribuídos pelo território concelhio, contabilizando-se um total de 121 ecopontos (subterrâneos e de superfície), para a recolha seletiva de papel/cartão, vidro e embalagens de plástico e metal, o que corresponde a um rácio de 1 ecoponto/166 habitantes e uma taxa de cobertura de acessibilidade ao serviço de 98% (buffer – 200m). Em 80 ecopontos existem também pilhões para a recolha de pilhas e baterias usadas. Além da recolha seletiva de resíduos sólidos o Concelho dispõe igualmente da recolha de óleos usados, possuindo para o efeito um total de 21 oleões dispersos pelas áreas de maior concentração populacional.

No que diz respeito às infraestruturas de gestão de resíduos, salienta-se o Ecocentro, estrutura que permite recolher seletivamente resíduos que pelas suas características ou dimensões não são passíveis de serem recolhidos nos ecopontos. O Município do Entroncamento partilha o ecocentro, localizado na EN 110, junto à zona industrial, com o Município de Vila Nova da Barquinha.

O Concelho do Entroncamento dispõe atualmente de dois tipos de recolha de resíduos sólidos: a recolha de resíduos sólidos urbanos não recicláveis (RSU) e a recolha seletiva. Segundo os dados do INE para o ano de 2013, de um total de 7.819 ton. de resíduos recolhidos, a recolha indiferenciada representava 85%, sendo que a recolha seletiva caracterizava os restantes 15%.

A **DENSIDADE HABITACIONAL**, um quociente entre o número de fogos e a área total do terreno objeto da operação urbanística multiplicado por um hectare, vai repercutir-se na recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), sendo por isso de importância fundamental. O número de fogos é, no Entroncamento de acordo com dados do INE referentes a 2011, de 10.715 fogos. Assim, a densidade habitacional, tendo em conta que o Concelho tem uma área de 13,73km², é de 780,4 fogos/km², considerando-se se uma densidade habitacional elevada.

O concelho do Entroncamento encontra-se bem apetrechado relativamente aos espaços de lazer, onde apresentam maior relevância o Jardim da Albufeira do Bonito, O Parque José Pereira Caldas e o Jardim Serrão Lopes. Estes 3 espaço representam o ex-libris, em termos de áreas de recreio e lazer, totalizando uma área de 164.949.2 m².

É na freguesia de Nossa Senhora de Fátima que se encontram o Jardim da Albufeira do Bonito, onde para além dos percursos naturais os seus visitantes podem pescar, e o Parque José Pereira Caldas, um jardim recém requalificado junto à ribeira da Ponte da Pedra. Na freguesia de São João Baptista

Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha. É constituído por 1 aterro sanitário, 1 estação de triagem, 3 unidades de transferência, 4 centros de transferência e 8 ecocentros.

encontra-se o Jardim Serrão Lopes, um espaço de lazer que para além de bancos e outras infraestruturas do género apresenta algumas árvores folhosas interessantes e um leque de serviços e comércio na sua envolvente.

O município do Entroncamento tem investido na **CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE VERDES** face a grande dinâmica demográfica que o concelho tem observado nos últimos anos. O forte crescimento urbanístico têm resultado no crescimento de novas avenidas, novos loteamentos, novo edificado e consequente aumento dos serviços. Estes novos espaços verdes / recreio resultaram no aumento de cerca de 6 novos espaços, contabilizando 14.767,9 m². Entre eles é possível destacar o separador central na Rua Casal Conde, que constitui um pequeno espaço verde com pequenos caminhos. A praça entre a Rua Florbela Espanca e a Rua Dom José Salamanca e, ainda, vários pequenos espaços inter-moradias na envolvente do parque do Bonito.

Para além da criação de novos espaços públicos o município do Entroncamento tem investido também na sua **REQUALIFICAÇÃO**, destes podemos destacar por exemplo com maior impacto a praça Salgueiro Maia com uma área de cerca de 3.491,5m². Para além deste importa referir também o Parque José Pereira Caldas, o Jardim da Locomotiva e o Jardim da Albufeira do Bonito que tem sofrido constantes obras de requalificação tendo ainda a Câmara Municipal projetos para a ampliação do mesmo.

Tem crescido também em número significativo o número de pequenos **EQUIPAMENTOS DE LAZER** no concelho do Entroncamento. Entre os quais, campos de basquetebol junto ao pavilhão municipal, parques infantis como da Avenida das Forças Armadas e outros campos de jogo como na Rua Amália Rodrigues. Estes espaços totalizam 6.813,1 m², aumentando assim a oferta para a população do Entroncamento.

O conceito de **INTRUSÃO VISUAL NA PAISAGEM** encontra-se associado à perceção visual do ambiente que nos rodeia, podendo ser considerado como um juízo de valor de base estética abrangendo tudo o que possa contribuir para a diminuição de qualidade visual da paisagem, seja ela urbana ou rural. Assim podemos associar o conceito de intrusões visuais na paisagem como elementos marcantes que a descaracterizem e/ou fragilizem.

O tipo de ocupação e de utilização do espaço é diversificado, sendo inevitável a existência de pressões e quando analisado à escala concelhia, para o caso do Entroncamento, será possível mencionar como intrusões visuais mais marcantes na paisagem:

[a] Área de atividade económica:

- ZAE - Freguesia Nossa Senhora de Fátima e que totaliza cerca de 151,41 hectares;

[b] Depósitos:

No concelho do Entroncamento existem 6 depósitos, 3 depósitos junto à Zona Industrial no lugar de Casal Vidigal, 2 junto da antiga ETAR adjacente à EN 365 desclassificada sob jurisdição da Câmara Municipal e, ainda, 1 pertencente ao Ministério da Defesa.

[c] Vias rápidas:

O Concelho do Entroncamento é atravessado no seu extremo NO, sensivelmente, pelo IP6, constituído neste seu troço pela A23 – Autoestrada da Beira Interior – que liga Torres Novas à Guarda, a qual representa o principal eixo de ligação rodoviária a outras cidades do distrito de Santarém e à região Interior Centro. Esta é aliás uma via estruturante da rede rodoviária pelo seu papel na ligação transversal (poente/nascente) da região Centro do país e da zona de Lisboa à fronteira de Vilar Formoso. A A23 permite ainda a ligação ao eixo mais importante da rede viária nacional – o IP1/A1 - o que confere ao concelho boas condições de acessibilidade rodoviária nas ligações longitudinais Norte/Sul à AML e à região Litoral Centro e Norte.

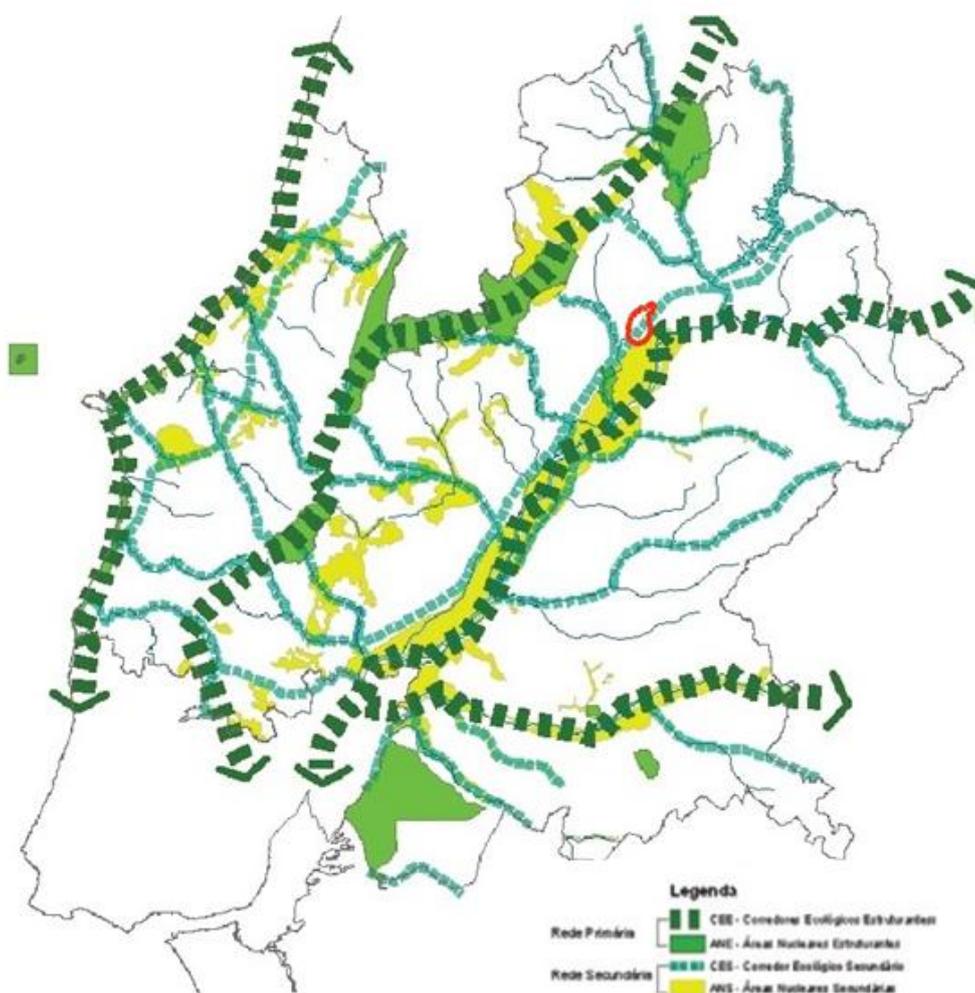
[d] Linha ferroviária:

O concelho do Entroncamento encontra-se dotado de fortes acessibilidades ferroviárias, facto que resulta da centralidade da estação ferroviária do Entroncamento no contexto da rede ferroviária nacional, dado que se encontra localizada na confluência de duas linhas, a Linha do Norte e a Linha da Beira Baixa. Esta estação efetua portanto a ligação entre a Rede Principal, através da Linha do Norte (Lisboa - Porto) e a Rede Complementar, através da Linha da Beira Baixa (Entroncamento – Guarda). A Linha do Norte estabelece a ligação do concelho a cidades/vilas como Lisboa, Vila Franca de Xira, Azambuja, Santarém, Coimbra, Aveiro, Porto, de outras localidades, e a Tomar (através da ligação ao Ramal de Tomar). Por outro lado, a Linha da Beira Baixa permite a ligação a Castelo Branco, Covilhã e Guarda, bem como a Vilar Formoso, (ligação à Linha da Beira Alta) através dos serviços regional e intercidades.

É possível afirmar que o Entroncamento constitui um *hub* ferroviário, dada a sua centralidade e multiplicidade de horários e de serviços disponíveis, permitem a acessibilidade por via ferroviária a todas as áreas servidas por este modo no país.

O concelho do Entroncamento contribui para a **ESTRUTURA REGIONAL DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL [ERPVA]**, integrando a Rede Secundária, constituída pelos Corredores Ecológicos Secundários [CES] situados a sul do concelho.

Os CES procuram estabelecer uma estrutura em rede que promova a continuidade entre os diferentes sistemas ecológicos regionais. Estes corredores "*promovem a conservação da biodiversidade aquática e ribeirinha e estabelecem eixos de movimentação para espécies de fauna e flora terrestres...*"¹⁴ Acresce o facto de estes espaços, na maioria dos casos, compreenderem "*os cursos de água mais naturalizados (...) eixos de continuidade de vegetação natural e seminatural*"¹⁵



Estrutura Regional de Proteção e valorização Ambiental (ERPVA) / PROTOVT

¹⁴ PROT OVT, 2009

¹⁵ idem

O concelho do Entroncamento caracteriza-se pela ocupação quase exclusiva por área urbana, sendo essencial atribuir o papel relevante que os **CURSOS DE ÁGUA** assumem no estabelecimento da continuidade e da conectividade ecológica dentro da área do concelho, como também, na ligação entre as subregiões homogéneas da Lezíria e do Bairro.

Com efeito, são fundamentais o Ribeiro da Fonte da Pedra / Ribeira das Atalaia e a Ribeira da Árgea e as suas áreas envolventes, pela sua orientação Norte / Sul bem como pelo estado de conservação das suas galerias ripícolas que constituem uma mais valia no âmbito da conectividade ecológica entre fauna, flora e habitas. Tratando-se de uma corredor bastante confinado, cuja envolvente possui uma elevada percentagem de território urbanizado e sofre de uma pressão urbanística associada à proximidade à A23, A13 e Linha do Norte e Linha da Beira Baixa, é essencial preservar as áreas envolventes as quais contribuem para o equilíbrio ambiental concelhio.

Os efeitos negativos resultantes da deterioração da qualidade do ar refletem-se negativamente na saúde e no bem-estar das populações, tratando-se, por isso, de um domínio de grande relevância. O **ÍNDICE DE QUALIDADE DO AR (IQAr)** de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área (APA). Os valores obtidos são confrontados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores, em que o vermelho corresponde a um índice de qualidade do ar mau, o cor-de-laranja a um índice fraco, o amarelo a um índice médio, o verde-claro a um índice bom e o verde-escuro a um índice de qualidade do ar muito bom. A figura que se segue apresenta o número de dias associado ao índice de qualidade do ar do Vale do Tejo e Oeste, entre 2011 e 2015.

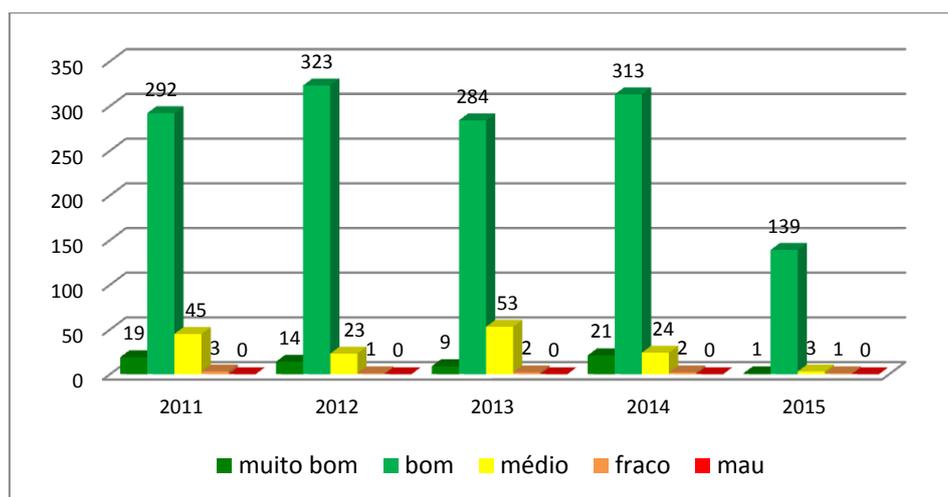


Figura 10 - Número de dias associado ao índice de qualidade do ar do Vale do Tejo e Oeste, entre 2011 e 2015

Da análise deste gráfico confirma-se uma boa qualidade do ar no Vale do Tejo e Oeste, com uma maioria significativa dos dias a apresentar um índice de qualidade do ar Bom ou Muito Bom (cerca de 90% dos dias). Apenas 9 dias (1%), neste intervalo de cinco anos, apresentam um índice de qualidade do ar fraco.

3.2] ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A presente análise de tendências tem em consideração a evolução provável do estado do ambiente na ausência da proposta de RPDM do Entroncamento.

O quadro que se segue apresenta um resumo da tendência da evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM.

Quadro 12 - Avaliação da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM do Entroncamento

FCD	Critério Avaliação	Indicador	Tendência
Qualidade Ambiental	Recursos Hídricos	Estado das águas superficiais e subterrâneas	Red
		Estado das águas para consumo humano	Red
		Medidas de requalificação da rede hidrográfica	Verde
		Número de descargas ilegais detetadas nas linhas de água	Red
	Ruído	Medidas de controlo de impermeabilização do solo	Verde
		Quantitativo de população exposta a níveis de ruído superiores aos regulamentares	Verde
	Saneamento Básico	Medidas de minimização de poluição sonora e relativas a recetores expostos ao ruído implementadas.	Verde
		População servida por Sistemas de Abastecimento de Água	Verde
		População servida por sistema público de drenagem de águas residuais	Verde
	Resíduos	População servida por estações de tratamento de águas residuais	Verde
		Tipo de recolha	Verde
		Tipo de destino	Verde
		Rede de recolha e tratamento de resíduos sólidos	Red
		Densidade habitacional	Verde
		Medidas de sensibilização para a separação de resíduos	Verde
		Taxa de cobertura de acessibilidade à recolha de resíduos indiferenciados	Verde
	Taxa de cobertura de acessibilidade ao serviço de recolha seletiva	Verde	
	Paisagem e Ambiente Urbano	População servida por estações de tratamento de águas residuais	Verde
		Espaços Verdes Criados	Verde
		Área de espaço público (re)qualificado	Verde
		Equipamentos Desportivos e de Lazer criados	Verde
		Fontes de poluição	Red
		Identificação de intrusões visuais na paisagem	Verde
		Espaços abrangidos por corredores da ERPVA	Verde
		Espécies de fauna, flora e habitats presentes	Verde
		Número de cursos de água fundamentais para a manutenção da continuidade ecológica	Verde
		Estado de conservação das galerias ripícolas dos cursos de água	Verde
	Área marginal dos cursos de água sujeita a proteção / requalificação	Red	
	Solo	Utilização económica do solo com atividades agrícolas e florestais	Verde
		Medidas de salvaguarda de solos de maior capacidade e sensibilidade ecológica	Red
		Percentagem de disfunções ambientais identificadas com solução estabelecida	Verde
	Ar	Índice de qualidade do ar	Red
Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites		Verde	

Tendência de evolução	-	-/+	+
-----------------------	---	-----	---

3.3] OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

As oportunidades e ameaças constituem a avaliação da forma como os recursos relacionados com a qualidade ambiental irão ser afetados com a implementação da proposta de RPDM do Entroncamento. Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças.

Quadro 13 - Efeitos positivos e negativos da proposta de RPDM do Entroncamento no que respeita ao FCD - Qualidade Ambiental

Oportunidades	Ameaças
<p>Conservação dos recursos hídricos afetos a esta zona, decorrentes de operações de proteção das áreas ribeirinhas</p> <p>Controlo e monitorização das redes de infraestruturas ambientais instaladas</p> <p>Aposta em intervenções que promovam o uso eficiente da água</p> <p>Aposta em intervenções que promovam a ecoeficiência energética</p> <p>Respeito pela continuidade e conectividade ecológica dos espaços abrangidos pelos corredores da ERPVA, como tal a Revisão do PDM propõe a manutenção das áreas como espaços agrícolas</p> <p>Preservação e valorização das áreas abrangidas pelos cursos de água e suas envolventes como espaços essenciais ao equilíbrio ambiental, bem como áreas fundamentais na sua função de complementaridade à ERPVA</p>	<p>A valorização da dimensão supramunicipal do Entroncamento e a integração e reforço da mobilidade podem, eventualmente, contribuir para um maior afluxo visitantes e utentes que nas suas atividades produzirão mais resíduos e consumirão mais água e energia, sendo a dimensão e a intensidade desses efeitos dependente do tipo de projeto a instalar ou a executar</p> <p>Aumento da produção de resíduos indiferenciados</p> <p>Aumento do consumo de energia proveniente de fontes não renováveis</p> <p>Aumento das fontes de ruído em consequência dos fluxos e dos volumes de tráfego e do desenvolvimento da competitividade económica do concelho</p>

4_ FCD_ MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

O FCD referente à Mobilidade e Acessibilidade é diretamente constituído pelos aspetos que “representam” a promoção do crescimento sustentável, a atratividade e a sustentabilidade social no concelho de Entroncamento, nomeadamente pelos aspetos referentes ao tráfego automóvel e às acessibilidades.

O quadro seguinte apresenta os domínios de avaliação definidos para este FCD, associa-lhes o objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir e os respetivos indicadores.

FCD	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
Mobilidade e Acessibilidade	Considerar a fluidez do tráfego como condicionante ao desenvolvimento sustentável de um Concelho eminentemente urbano	Densidade da rede viária
		Identificação dos locais de congestionamento urbano
		Nº de intervenções para a construção de passeios e ciclovias
		Nº de intervenções para beneficiação e requalificação da rede viária
	Melhorar acessibilidades internas e externas do Concelho	Nº de intervenções no espaço público que promovam a acessibilidade
		taxa de utilização do transporte ferroviário
		Criação melhoramento interfaces multimodais
		Movimentos pendulares feitos em transportes públicos
		Movimentos pendulares feitos em transporte individual
		Movimentos pendulares pedonais
		Movimentos pendulares intra concelhios
		Movimentos pendulares entre concelhos

4.1] SITUAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

As acessibilidades são fundamentais para o desenvolvimento harmonioso de um município, na medida em que promovem uma maior coesão territorial. A rede rodoviária do Concelho do Entroncamento é composta por três níveis hierárquicos, dois dos quais constantes no PRN 2000, sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal, e um terceiro nível, sob jurisdição camarária:

- Rede Fundamental e Rede Nacional de Autoestradas (IP/AE)
- Rede Complementar - Estrada Nacional Desclassificada sob jurisdição da IP (EN)
- Rede Municipal (EM) - Outras vias que servem o município, inclusive os arruamentos urbanos e antigas Estradas Nacionais, desclassificadas pelo atual PRN 2000, passando a adotar a designação de Estradas Municipais

No que diz respeito à Rede Fundamental o Concelho do Entroncamento é atravessado no seu extremo NO, sensivelmente, pelo IP6, constituído neste seu troço pela A23 – Autoestrada da Beira Interior – que liga Torres Novas à Guarda, a qual representa o principal eixo de ligação rodoviária a outras cidades do distrito de Santarém e à região Interior Centro. Esta é aliás uma via estruturante da rede rodoviária pelo seu papel na ligação transversal (poente/nascente) da região Centro do país e da zona de Lisboa à fronteira de Vilar Formoso.

Da Rede Nacional Complementar que serve o Concelho, faz parte a EN3. Por outro lado, a Rede Municipal abrange um conjunto de vias bastante heterogéneo, quer em termos físicos, quer funcionais, passando pelo assegurar de algumas ligações exteriores secundárias, pelo acesso a sedes de freguesia ou a lugares de menor importância.

Quanto aos **LOCAIS AO CONGESTIONAMENTO URBANO**, atribui-se à cidade do Entroncamento uma característica que lhe é única no contexto nacional: o seu atravessamento pela linha de caminho de ferro que, cortando a cidade genericamente entre Norte (freguesia de N. Sra. de Fátima) e Sul (freguesia de S. João Baptista), constitui de facto uma barreira física relevante da cidade. O atravessamento da mesma pelo tráfego automóvel, é efetuado pela transposição da via férrea em viadutos, de entre estes destacando-se o viaduto Eugénio Dias Poitout, que liga o centro cívico da cidade (o Largo José Duarte Coelho), ao Norte da Cidade (e por tal, à A23), o túnel sob a linha do norte que liga também o centro da cidade (entre a R. 5 de Outubro e a R. Almirante Reis). A inexistência de ligações entre Norte e Sul da Cidade a Sul destas, ausência claramente justificada pela largura da infraestrutura ferroviária na Estação do Entroncamento e a Sul desta, determina que parte significativa do trânsito interno da cidade seja drenado através destas infraestruturas. Por esta razão, verifica-se algum congestionamento de trânsito principalmente em horas designadas “de

ponta”, em particular no atravessamento do viaduto, no sentido Sul – Norte, congestionamento ampliado pela existência de semaforização a montante do viaduto.

Contudo, afigura-se ainda mais relevante, quer pelo congestionamento provocado e muito em particular pela sinistralidade, o atravessamento Norte – Sul que utiliza a passagem de nível ao 101,25 na Linha da Beira-Baixa, num troço com muito tráfego ferroviário. Os riscos são de facto evidentes, para além dos congestionamentos frequentes, às horas de ponta.

Está prevista a eliminação desta passagem de nível, com projeto já desde 2009, sendo de notar que esta constitui a única passagem de nível existente no município do Entroncamento e a única que se situa em aglomerado urbano na linha da Beira Baixa.

A Estrada Nacional 3, no troço que constitui a ligação entre o concelho de Torres Novas e o Entroncamento, regista um volume de tráfego assinalável e conseqüentemente algumas dificuldades na fluidez do trânsito, nomeadamente pela circulação, entrada e saída de pesados, que utilizam esta via em alternativa.

Outro troço de via que regista um volume de tráfego assinalável, é o troço de ligação do centro da cidade do Entroncamento à A13 e daqui ao nó do Entroncamento Norte. Para além do trânsito gerado pela ou na via de ligação preferencial da cidade aos concelhos envolventes a Este e Sul, designadamente aos núcleos urbanos de Atalaia, Ponte da Pedra, V. N. da Barquinha e Golegã, assim como, ao IP6, a fluidez neste troço é dificultada pela irregularidade do perfil transversal e longitudinal, designadamente no acesso imediato à rotunda do hospital, ponto este, onde se verifica congestionamento de trânsito, constituindo eventualmente a situação mais preocupante no Concelho.

No âmbito da **MOBILIDADE CICLÁVEL** tem havido um relevante investimento público, sendo este transversal a nível nacional. No caso do Concelho do Entroncamento, tem-se verificado sucessivos investimentos na oferta de pistas cicláveis e na construção de uma rede que tome partido dum fator relevante para a sua constituição: a planura do relevo.

Assim, o primeiro percurso entrou em funcionamento em setembro de 2005 (começa próximo da área comercial do Entroncamento e desenvolve-se pela Avenida Villiers Sur Marne, Rua dos Ferroviários e Rua Dr. Francisco Sá Carneiro), o qual é ampliado em Março de 2006 com a ligação ao Complexo Desportivo do Bonito, num total de 1 646 metros. Todo o percurso está segregado entre o passeio pedonal e a artéria rodoviária. O percurso entre o Parque Verde do Bonito e o Estádio entrou em funcionamento em Novembro de 2009. O restante, até ao Pavilhão Desportivo, foi inaugurado em Agosto de 2010. Esta é a Ciclovia que contorna as infraestruturas do Complexo Desportivo do

Bonito criando, assim, uma via de circulação suave de acesso a todas as instalações desportivas, totalizando 906 metros.

No sentido de ampliar a rede para o centro da cidade, a autarquia aprovou a construção da nova ciclovia, que liga a zona da Soladriho ao Centro de Saúde. Esta obra permitiu reabilitar a longa placa de cimento que cobria a ribeira de Santa Catarina e, nas zonas não cobertas, promover a recuperação das margens da mesma. A área inclui zonas ajardinadas, zonas de descanso e um conjunto de aparelhos de ginástica ao ar livre junto ao Centro de Saúde.

Relativamente à circulação pedonal, há a referir a existência de uma rua encerrada ao trânsito, a R. rua Luís Falcão de Sommer, conhecida como “*rua pedonal*”. Acrescem as obras de beneficiação da Pç da República e da Pç Salgado Zenha, onde a circulação pedestre encontra-se claramente potenciada pelo mobiliário urbano.

Também relativamente ao atravessamento pedonal da linha de caminho de ferro, constata-se que esta constitui uma barreira física muito significativa. Atualmente existem três pontes a atravessar as linhas ferroviárias, uma das quais destinada apenas a peões e da responsabilidade da REFER as restantes duas para veículos e peões. Existem ainda dois túneis, um exclusivo para a circulação de veículos, e o outro onde circulam veículos e peões (separados por divisória).

Com o apoio do QCA III, a **ESTRUTURA VIÁRIA URBANA** do concelho tem vindo a ser objeto de um conjunto de **INTERVENÇÕES** que visam uma melhoria da mobilidade intraconcelhia, e que procuram articular a gestão urbanística, acessibilidade e mobilidade.

Dos diversos trabalhos/projetos concluídos destacam-se, a conservação de diversas ruas, praças, largos e cruzamentos, a requalificação do acesso à Escola Secundária e das zonas envolvente ao Polidesportivo e ao Tribunal, a conservação pela Infraestruturas de Portugal do Viaduto Eugénio Dias Poitout, a construção de uma passagem inferior sob a via férrea e a regularização do Caminho Municipal 1179 (Estrada dos Riachos).

4.2] ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A presente análise de tendências tem em consideração a evolução provável do estado do ambiente na ausência da proposta de RPDM do Entroncamento.

O quadro que se segue apresenta um resumo da tendência da evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM.

Quadro 14 - Avaliação da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM do Entroncamento

FCD	Critério Avaliação	Indicador	Tendência
Mobilidade e Acessibilidade	Tráfego automóvel urbano	Densidade da rede viária	+
		Identificação dos locais de congestionamento urbano	-
		Nº de intervenções para a construção de passeios e ciclovias	-
		Nº de intervenções para beneficiação e requalificação da rede viária	-
	Acessibilidades ao concelho	Nº de intervenções no espaço público que promovam a acessibilidade	-
		Taxa de utilização do transporte ferroviário	+
		Criação melhoramento interfaces multimodais	-
		Movimentos pendulares feitos em transportes públicos	-
		Movimentos pendulares feitos em transporte individual	-
		Movimentos pendulares pedonais	+
		Movimentos pendulares intra concelhos	-
		Movimentos pendulares entre concelhos	-

Tendência de evolução	-	-/+	+
-----------------------	---	-----	---

4.3] OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como os recursos relacionados com a mobilidade e a acessibilidade irão ser afetados com a implementação da proposta de RPDM do Entroncamento. Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças.

Quadro 15 - Oportunidades e ameaças da proposta de RPDM do Entroncamento no que respeita ao FCD - Sustentabilidade Económica

Oportunidades	Ameaças
Existência de percursos pedestres e circuitos cicláveis definidos	
Aproveitamento das zonas ribeirinhas, para fomento de espaços verdes, de lazer e de recreio	
Modernização da Linha do Norte e da Linha da Beira Baixa	Efeito de barreira que a infraestrutura ferroviária constitui na malha urbana
Sistematização, hierarquização e estabelecimento de prioridades na execução de uma rede viária estruturada e coerente que favoreça a estrutura e o ordenamento do território, garantindo a qualidade de vida da população mas também a atração e fixação de novos investimentos.	Aumento dos fluxos e dos volumes de tráfego

5_ FCD_ RISCOS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICOS

Qualquer ação que o Homem tem sobre o Ambiente, deverá contemplar a previsão de riscos ambientais e tecnológicos sendo este um aspeto essencial na análise e avaliação dos diferentes planos territoriais.

O PNPOP apresenta a gestão do risco como um dos domínios de intervenção no âmbito do Ordenamento do Território considerando que a sua importância é ampliada pela “*insuficiente consideração dos riscos nas ações de ocupação e transformação do território*” (PNPOP, 2007, pp. 86). O risco foi aliás considerado como um dos quatro vetores do modelo territorial pela tomada de consciência de que existem diversos riscos que “*pela sua dimensão e complexidade devem ser colocados no topo da agenda política*” (idem).

“*Um espaço sustentável e bem ordenado terá de traduzir-se na valorização dos recursos, na preservação e valorização do ambiente e do património, no ordenamento do uso do solo e dos estabelecimentos humanos, na qualificação e estruturação da paisagem, e na **prevenção dos riscos***” . Assim, o FCD Riscos Naturais e Tecnológicos tem como objetivo garantir a adoção de medidas de prevenção e/ou de minimização dos seus efeitos para a população, bens e para a sustentabilidade do território pois, como referido, é imprescindível a consideração dos riscos nas ações de ocupação e transformação do território, pois a sua não consideração poderá ter efeitos nefastos para as populações e para o território devendo, por isso, a gestão destes ser uma prioridade devidamente considerada nas tomadas de decisão.

A gestão de riscos é um processo contínuo e dinâmico e deve identificar e avaliar os riscos associados às atividades desenvolvidas. A tomada de medidas adequadas para gerar os riscos e, conseqüentemente, prevenir ou reduzir o impacto de potenciais acidentes ou situações de emergência deve assumir elevada importância em qualquer processo de gestão. Neste domínio, importa em sede do presente relatório avaliar a situação existente nesta matéria, tendo como critérios de avaliação os incêndios florestais, as cheias e inundações, o acidente ferroviário e o transporte de matérias perigosas por via ferroviária.

FCD	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
Riscos Ambientais e Tecnológicos	Prevenir este tipo de ocorrência, salvaguardando a integridade das áreas mais suscetíveis a este tipo de risco e consequentemente proteger pessoas e bens	Área florestal ardida N° de ocorrências em espaço florestal Tipologia de povoamentos perdidos Vulnerabilidade ao risco de incêndio Medidas / Ações Estratégias de mitigação de risco incêndio florestal
	Minimizar ou, se possível, eliminar a ocorrência de inundações em áreas já construídas Restrição da introdução de novas áreas ou fatores de inundação devido às opções do plano	Área sujeita a condicionamento de uso - Zonas Ameaçadas pelas Cheias Vulnerabilidade de ocorrências de cheias Número de estruturas e pessoas vulneráveis aos efeitos de inundações Medidas / Estratégias de mitigação de risco cheias
	Acréscimo de segurança da circulação ferroviária e rodoviária Contenção de riscos ambientais e tecnológicos	Área sujeita a condicionamentos de uso N° de ocorrências de acidentes ferroviários Suscetibilidade de ocorrência de acidentes ferroviários Variáveis de risco associadas a acidentes ferroviários N° de medidas/ações implementadas para prevenção de acidentes ferroviários
	Minimizar os efeitos decorrentes de um acidente com matérias perigosas	Área sujeita a condicionamento de uso Locais com suscetibilidade acrescida abrangidos pelo planeamento de emergência

5.1] SITUAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

Portugal está sujeito, particularmente no verão, a grandes **INCÊNDIOS FLORESTAIS**, sendo que, dado o papel fundamental a nível social, económico, cultural e ambiental que a Floresta desempenha, considera-se a análise dos indicadores relacionados com incêndios florestais de relevância extrema. Este fenómeno está associado a diversos fatores, nomeadamente, fatores fisiográficos e humanos (tipo de vegetação, ocupação do solo, continuidade das manchas florestais, declives, exposições, entre outros), fatores ligados ao processo de deteção e combate a incêndios (visibilidade a partir de postos de vigia, distribuição de pontos de água e acessibilidade das corporações de bombeiros aos diferentes pontos do território) e ainda a fatores históricos (áreas ardidas em incêndios em anos anteriores).

Os incêndios florestais, para além de serem uma fonte de risco em termos ambientais e económicos, constituem perigo para todas as populações e seus bens, em particular as habitações localizadas dentro ou nas imediações de áreas florestais e, podendo a ocorrência desses fenómenos levar a perda de vidas humanas, perda de bens materiais, corte de vias de comunicação e alteração, por vezes irreversível, do equilíbrio natural. Para além dos perigos que trazem para as pessoas e bens, podem ainda originar ou agravar outro tipo de risco natural como as cheias (também enquadradas nesta AAE).

A expressividade da área florestal do concelho é muito reduzida, como já referido, integrada no Parque Verde do Bonito.

O PMDFCI identifica os espaços florestais mais susceptíveis à ignição de incêndios, que são fundamentais na determinação da perigosidade e riscos de incêndio e, através da análise da Carta de perigosidade de incêndio florestal do Concelho de Entroncamento, verifica-se que, as áreas do território com maior potencial para a ocorrência de um incêndio correspondem às áreas no setor norte do concelho, designadamente na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, uma vez que nestas áreas predominam as áreas de florestas de folhosas (florestas de eucalipto, florestas de outras folhosas, florestas de sobreiro com folhosas).

Pela análise do Mapa de perigosidade do Concelho de Entroncamento, verifica-se que as áreas identificadas com elevada e muito elevada perigosidade de incêndio florestal, situam-se no Parque Verde do Bonito, pelo facto de ali existirem povoamentos de eucalipto com presença de mato no sub-bosque florestal e pinheiro-bravo, isto é, maior disponibilidade de biomassa disponível para arder, na zona a Norte da A23, Casal Sentista e algumas áreas envolventes à zona industrial.

São também relevantes os níveis de perigosidade em áreas muito confinadas e associadas às galerias/bosques ribeirinhos ou ripícolas, que correspondem a formações vegetais das margens dos rios, ribeiras, designadamente da Ribeira de Sta. Catarina, no Sul do Concelho e da Lagoa do Bonito, onde são mais preponderantes determinadas espécies arbustivas e arbóreas, de maior risco de combustão.

Analisando em conjunto os dois mapas que constituem a cartografia de risco, mapa de risco de incêndio e mapa de perigosidade, verifica-se que as zonas com maior potencial de perda coincidem com algumas áreas identificadas com maior perigosidade de incêndio. As áreas correspondem às zonas de interface urbano-florestal, às galerias ripícolas da Ribeira de Árgea, que abastece a Albufeira do Bonito, povoamentos de eucalipto, pinheiro-manso, sobreiro e carvalho-português.

A análise do quadro 16 permite constatar que, para o período de tempo considerado (entre 1996 e 2014), e para a totalidade da área do Concelho, verifica-se uma área ardida de 19,29 ha. No período em análise ocorreram no concelho 248 incêndios, dos quais 123 ocorrências em espaço florestal (11,69 hectares (povoamentos - 3,96 ha; matos - 7,73 ha)), 102 ocorrências em área agrícola (8 hectares), e outras 23 ocorrências onde se inclui 5 queimadas (0,04 hectares) e 18 falsos alarmes.

Quadro 16. Ocorrências e Área ardida, por ano. Fonte: PMEPC Entroncamento

Ano	Ocorrências (N°)			Área Ardida (HA)	
	Tipo florestal	Tipo agrícola	Outras	Tipo florestal	Tipo agrícola
1996	13	0	0	1,16	0,00
1997	9	0	0	0,31	0,00
1998	16	0	0	1,39	0,00
1999	12	0	0	0,28	0,00
2000	16	0	0	3,93	0,00
2001	7	0	0	0,15	0,00
2002	5	0	0	0,33	0,00
2003	2	0	0	0,04	0,00
2004	3	9	4	0,55	0,17
2005	6	32	8	1,53	4,29
2006	6	4	2	0,03	0,53
2007	5	7	3	0,07	0,66
2008	1	7	1	0,03	0,15
2009	4	5	0	0,51	0,02
2010	2	10	1	0,00	0,78
2011	4	7	0	0,16	0,39
2012	6	10	1	0,21	0,13
2013	2	9	0	0,67	0,37
2014	4	2	3	0,35	0,13
TOTAL	123	102	23	11,7	7,62
	248			19,32	

De acordo com o PME do Entroncamento (2015), para a **MITIGAÇÃO DO RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL** é possível adotar as seguintes medidas:

- Manutenção dos pontos de água de combate a incêndios florestais;
- Criação de sistemas de vigilância – a vigilância e a detecção precoce dos incêndios florestais são extremamente importantes, como tal importa reforçar os pontos de vigia, manter as patrulhas móveis e se possível complementar com a instalação de sistemas automáticos de detecção de incêndios;
- Medidas de silvicultura preventiva – a aplicação de várias técnicas de silvicultura preventiva são essenciais, pois será modificada a estrutura da massa florestal de modo a dificultar a propagação do fogo. Algumas técnicas que devem ser utilizadas são: Limpeza de matos e redução do material combustível; Construção de aceiros; Utilização do fogo controlado; Poda e desbaste e Compactação do combustível.
- Criação/manutenção dos caminhos florestais – a criação de novos caminhos florestais e a manutenção dos caminhos já existentes irá facilitar o acesso dos meios terrestres no combate a incêndios e poderão ainda funcionar como corta fogos;

- Criação de faixas de descontinuidade ao longo das redes viárias e dos aglomerados populacionais – com o intuito de diminuir a carga de combustível e aumentar a descontinuidade vertical e horizontal dos povoamentos florestais, de forma a minimizar a ignição e propagação do fogo;
- Ações de sensibilização da população – sensibilizar a população sobre a importância da floresta, o uso do fogo e apresentar medidas de prevenção aos incêndios florestais;
- Adoção de boas práticas florestais.

As **CHEIAS E INUNDAÇÕES** ocorrem na sequência de fenómenos de precipitação extrema, quer sejam períodos prolongados de precipitação moderada, ou períodos curtos, mas de forte intensidade. Trata-se em qualquer dos casos de fenómenos hidrológicos extremos e de frequência variável que de forma natural ou induzida pela ação humana, podem resultar na submersão de terrenos usualmente emersos. Este fenómeno pode ocorrer devido ao transbordo (natural ou por descarga de barragens) do leito de cursos de água, à subida da toalha freática acima da superfície ou à sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais dos aglomerados urbanos.

As áreas sujeitas a condicionamento de uso traduzem-se nas **ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS** ou zonas inundáveis, compreendem as áreas suscetíveis de inundação por transbordo de água do leito dos cursos de água devido à ocorrência de caudais elevados.¹⁶ A ZAC associa-se à Ribeira da Ponte de Pedra e situa-se na freguesia de São João Batista, ocupando uma área de 18,43 hectares.

No que concerne às áreas de **ELEVADA SUSCETIBILIDADE A CHEIAS E INUNDAÇÕES**, segundo os dados do Plano Municipal de Emergência do Entroncamento (2015) e da Proposta de Delimitação da REN Bruta do Município (2017), as zonas localizam-se na freguesia de São João Batista, ao longo dos vales das linhas de água da Ribeira da Ponte da Pedra e da Ribeira de Santa Catarina.

De acordo com o PME do Entroncamento (2015), para a **MITIGAÇÃO DO RISCO DE CHEIAS** é possível adotar as seguintes medidas:

- Limpeza e desobstrução de sumidouros, valeta e outros canais de escoamento – a limpeza destes locais irá impedir a acumulação de águas pluviais;
- Verificação/reparação de eventuais desmoronamentos das margens de linhas de água – é essencial uma monitorização regular do curso da linha de água, de modo a detetar e reparar eventuais situações que possam levar a obstruções ou estrangulamentos;
- Aumentar as áreas naturais de prado e floresta ao longo dos cursos de água – em caso de cheia as áreas naturais de prado e floresta ao longo dos cursos de água irão favorecer a infiltração de água no solo;

¹⁶ n.º 1 da alínea a) da Secção II do Anexo I do Decreto-lei 239/2012

- Reflorestação das áreas ardidas – as áreas ardidas tem menor capacidade de retenção de águas pluviais e são zonas sujeitas a arrastamento de material para as linhas de água, sendo deste modo fundamental proceder à sua reflorestação;
- Restrição na construção em zonas de risco – é essencial restringir a urbanização em zonas de risco de cheia ou inundação.

O concelho do Entroncamento, como já mencionado no decorrer do presente documento, encontra-se dotado de fortes acessibilidades ferroviárias, facto que resulta da centralidade da estação ferroviária do Entroncamento no contexto da rede ferroviária nacional, dado que se encontra localizada na confluência de duas linhas, a Linha do Norte e a Linha da Beira Baixa. Esta estação efetua portanto a ligação entre a Rede Principal, através da Linha do Norte (Lisboa - Porto) e a Rede Complementar, através da Linha da Beira Baixa (Entroncamento – Guarda).

Salienta-se que, de acordo com o PME (2015), se associam duas variáveis ao risco de acidente ferroviário: as estações, os apeadeiros e as passagens de nível, sendo o fator de maior perigosidade uma vez que decorrente da maior concentração de pessoas e outros objetos; o atravessamento de localidades considera a presença de peões e outros objetos na ferrovia. No âmbito dos acidentes ferroviários inseriram-se também as variáveis, cheias e inundações e movimentos de massa.

A suscetibilidade à ocorrência de acidentes ferroviários é, para a generalidade do município do Entroncamento, baixa a moderada. Todavia, existem troços de suscetibilidade elevada quer na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, quer na freguesia de São João Batista. As áreas mais significativas de suscetibilidade elevada têm uma expressão geográfica restrita e estão diretamente relacionadas com a localização da estação e da passagem de nível existentes.

De acordo com o PME do Entroncamento (2015), para a **MITIGAÇÃO DO RISCO DE ACIDENTES FERROVIÁRIOS** é possível adotar as seguintes medidas:

- Cartas de risco geotécnico;
- Sistema de deteção de queda de taludes;
- Sistema de deteção de obstáculos em passagens de nível;
- Sistema de deteção de rodas e caixas de eixo dos veículos ferroviários anormalmente quentes;
- Sistema de monitorização das circulações no que respeita ao controlo do peso real dos veículos e o impacto mecânico das rodas na via.

5.2] ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A presente análise de tendências tem em consideração a evolução provável do estado do ambiente na ausência da proposta de RPDM do Entroncamento.

O quadro que se segue apresenta um resumo da tendência da evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM.

Quadro 17 - Avaliação da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de RPDM do Entroncamento

FCD	Critério Avaliação	Indicador	Tendência
Riscos Ambientais e Tecnológicos	Incêndios florestais	Área florestal ardida	
		Nº de ocorrências em espaço florestal	
		Tipologia de povoamentos perdidos	
		Vulnerabilidade ao risco de incêndio	
		Medidas / Ações de conservação do solo decorrente de incêndio florestal	
	Cheias e inundações	Área sujeita a condicionamento de uso - Zonas Ameaçadas pelas Cheias	
		Vulnerabilidade de ocorrências de cheias	
		Número de estruturas vulneráveis aos efeitos de inundações	
		Número de pessoas vulneráveis aos efeitos de inundações	
	Acidente ferroviário	Área sujeita a condicionamentos de uso	
		Nº de ocorrências de acidentes ferroviários	
		Nº de estruturas vulneráveis aos efeitos de acidentes ferroviários	
		Nº de pessoas vulneráveis aos efeitos de acidentes ferroviários	
		Nº de medidas/ações implementadas para prevenção de acidentes ferroviários	

Tendência de evolução	-	-/+	+
-----------------------	---	-----	---

5.3] EFEITO POSITIVO E NEGATIVO

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como os recursos relacionados com a promoção empresarial e o emprego irão ser afetados com a implementação da proposta de RPDM do Entroncamento. Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças.

Quadro 18 - Efeito positivo e negativo da proposta de RPDM do Entroncamento no que respeita ao FCD - Sustentabilidade Económica

Efeito Positivo	Efeito Negativo
Gestão do ciclo da água Identificação de ineficiências de gestão de risco com oportunidade de melhoria	Risco de Incêndio Florestal Risco de Cheias / Inundações Risco de Acidente Ferroviário

CAPÍTULO 7 _ PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com o previsto no Decreto-lei nº 232/2007 de 15 de junho, “às entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução, verificando a adopção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.”

A identificação de um programa de gestão e monitorização ambiental apresenta os seguintes objetivos principais:

- Estabelecer recomendações / medidas destinadas a prevenir, reduzir ou mesmo eliminar eventuais efeitos significativos sobre o meio ambiente;
- Efetuar um acompanhamento da Avaliação Ambiental Estratégica tendo em conta as principais diretrizes de seguimento identificadas para cada fator crítico de decisão,
- Acompanhar a evolução dos indicadores dos fatores críticos da decisão em termos quantitativos, apresentando os valores da situação existente e a meta que se pretende alcançar.

Procurando sistematizar um conjunto de orientações / medidas destinadas a prevenir, reduzir ou mesmo eliminar eventuais efeitos significativos sobre o ambiente resultante do processo de implementação e de execução do Plano são apresentadas de seguida um conjunto de diretrizes para seguimento identificadas para cada um dos FCD.

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos decorrente da execução da RPDM do Entroncamento no que respeita aos FCD definidos, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta deva constituir um processo contínuo e continuado ao longo do tempo. Este acompanhamento permitirá assim verificar a evolução da área, tendo como referência a situação atual, possibilitando uma análise mais concreta dos efeitos dos objetivos do plano sobre os FCD em análise. Desta forma, estará assegurada a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, gestão, monitorização e avaliação da Proposta de RPDM do Entroncamento, pois é objetivo da AAE efetuar uma monitorização e avaliação de desempenho.

Tendo em conta o referido no Artigo 11.º da Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho, e no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), os resultados do previsto no Plano de Controlo deverão ser atualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável pela elaboração do Plano (Câmara Municipal de Entroncamento), serão divulgados pela entidade referida através de meios eletrónicos e posteriormente remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente.

Na sequência da monitorização anual exigida, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser avaliadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste destas mesmas medidas e metas, correspondendo este momento a uma revisão do Plano de Controlo da fase de seguimento.

Estas orientações devem ser objeto de análise e de avaliação, no Relatório sobre o Estado do Ordenamento a nível local, a submeter a apreciação da Assembleia Municipal, tal como determina o artigo 77º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Neste contexto, com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta do plano em análise pode ter sobre estes, sugerem-se algumas diretrizes para que a proposta de Revisão do PDM de Entroncamento possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade da área em estudo em particular, e do município no geral (Quadro 19).

Quadro 19 . Diretrizes de seguimento para cada um dos FCD identificados

FCD	Diretrizes
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a ocupação em áreas de RAN e de REN • Monitorizar a integração das orientações estratégicas nacionais e regionais nas políticas, planos e programas municipais • Estabelecer um correto ordenamento, através da definição ajustada do perímetro urbano • Assegurar a minimização de áreas impermeabilizadas nos espaços urbanos • Estabelecer um correto ordenamento do espaço florestal • Promover uma correta gestão dos espaços verdes e assegurar a sua inserção na EEM • Fomentar a integração paisagística dos equipamentos desportivos de forma a criar unidades de recreio e desporto • Monitorizar as taxas de ocupação dos equipamentos coletivos • Assegurar as necessidades de equipamentos coletivos numa perspetiva de acesso aos serviços • Assegurar uma oferta de equipamentos de diversas tipologias
Sustentabilidade Económica	<ul style="list-style-type: none"> • A garantia de um mercado de trabalho inclusivo, no qual sejam reduzidos o desemprego, bem como as disparidades sociais e regionais no que respeita ao acesso ao emprego • Apostar nos serviços terciários qualificados em especial ensino superior e empresas de base tecnológica como âncoras possíveis • Promover a responsabilidade ambiental e social das iniciativas empresariais a implementar no concelho • Criar condições que promovam a fixação de população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego, através da captação de novos investimentos geradores de emprego qualificado; • Assumir a imagem da zona industrial como preocupação • Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e tecnológicas • Garantir a disponibilidade e o acesso, de todas as unidades empresariais instaladas, a todas as infraestruturas, bem como incentivar a incorporação, em todas as atividades das empresas instaladas, de princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental

Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a proteção e preservação dos recursos hídricos no concelho • Monitorizar as descargas ilegais nas linhas de água • Fiscalizar e criar medidas de minimização dos impactos das descargas ilegais nas linhas de água • Monitorizar e manter atualizado as principais fontes de poluição do concelho • Monitorizar a qualificação da rede hidrográfica • Assegurar a conservação e a sustentabilidade dos recursos hídricos • Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano • Monitorizar a eficiência e estado de conservação dos sistemas de tratamento de águas residuais, de modo a prevenir descargas de efluentes não tratados e contaminação dos meios recetores • Desenvolver e implementar um sistema de monitorização da qualidade das águas subterrâneas e superficiais do concelho, nomeadamente nas zonas mais vulneráveis • Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão de recursos hídricos (medidas de redução do consumo de água, entre outras) • Aumentar o volume de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos • Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final no aterro • Promover ações de sensibilização de separação de resíduos, relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos no âmbito da recolha seletiva de RSU recorrendo às melhores tecnologias disponíveis, nomeadamente a aspiração de RSU por vácuo, implementado polos de recolha em todas as infraestruturas a construir • Assegurar que o acolhimento de novas atividades seja suportado por sistemas de recolha, tratamento e valorização de efluentes e resíduos adequados à tipologia de atividades a serem implementadas • Monitorizar o ruído ambiente exterior • Assegurar o cumprimento dos valores limite estipulados para o ruído em áreas urbanas, devendo iniciar-se com a execução do Plano Municipal de Redução do Ruído • Monitorizar a qualidade do ar • Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera • Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados • Identificar e monitorizar as intrusões visuais na paisagem • Fiscalizar e criar medidas de minimização dos impactes ao nível da paisagem • Desenvolver ações de sensibilização para a proteção e valorização das áreas naturais, como áreas de suporte ao desenvolvimento de atividades de forte vocação para o recreio e lazer • Assegurar a manutenção da continuidade ecológica dos cursos de água • Monitorizar a conservação das galerias ripícolas dos cursos de água
e e Acessibiliid	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o plano de acessibilidades e mobilidade municipal • Assegurar a criação de um sistema viário ordenado e seguro • Promover ações de sensibilização que promovam a utilização do transporte ferroviário e ciclável

Riscos Ambientais e Tecnológicos

- Avaliação periódica do risco de incêndio no concelho e divulgação do mesmo
- Assegurar o cumprimento das orientações e responsabilidades estabelecidas pelo PMDFCI e PROF – Ribatejo
- Estabelecer o zonamento de risco de inundação com definição clara das fragilidades e condicionamentos das zonas
- Estabelecer medidas de defesa contra o risco de inundação que visem a redução do escoamento (ex. construção de infraestruturas, florestação, medidas de proteção do solo), a redução da duração (ex. instalação de sumidouros nas vias rodoviárias, estação de bombagem, etc.) e monitorização das mesmas
- Garantir a articulação entre o PMDFCI e o PME
- Promover ações de sensibilização à população sobre comportamentos de risco
- Garantir a existência de medidas de defesa contra o risco de inundação
- Monitorizar a ocorrência de acidentes ferroviários

O quadro seguinte (Quadro 20) dá continuidade ao programa de gestão e monitorização ambiental, apresentando os indicadores que deverão ser avaliados periodicamente, no sentido de se assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, gestão, monitorização e avaliação da proposta de RPDM do Entroncamento.

Quadro 20 - Indicadores para monitorização do plano no âmbito da AAE

FCD	Critério de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte de Informação	Situação Atual	Meta a atingir		
Ordenamento do Território	Ocupação e Uso do Solo	Solo Urbano	Ha	CME / 2016	987,51	Aumentar		
		Área afeta à REN	Ha	CME / 2016	1065,65	Manter		
		Área afeta à RAN	Ha	CME / 2016	307,00	Manter		
		Área afeta à Estrutura Ecológica Municipal	Ha	CME / 2016	374,12	Manter		
		Espaço florestal	Ha	CME / 2016	112,9	Manter		
		Espaço agrícola	Ha	CME / 2016	263,2	Diminuir		
	População e Território	População residente		Nº	INE / 2011	20.206	Aumentar	
		Densidade Populacional		Hab/Km ²	INE / 2011	1.472	Manter	
		População residente e estrutura etária	0-14		%	INE / 2011	16,1	Aumentar
			15-24		%	INE / 2011	10,2	Aumentar
			25-64		%	INE / 2011	55,5	Manter
			65 >		%	INE / 2011	18,2	Manter
		Índice de envelhecimento			INE / 2011	113	Diminuir	
		Densidade das áreas de uso dominante residencial		*	*	*	*	
		Nº de alojamentos		Nº	INE / 2011	10.715	Manter	
		Nº de edifícios		Nº	INE / 2011	4.150	Manter	
		Alojamentos familiares clássicos por tipo de ocupação	Residência habitual		%	INE / 2011	75	Aumentar
			Uso sazonal		%	INE / 2011	10,6	Diminuir
	Vago			%	INE / 2011	14,3	Diminuir	
	Equipamentos Coletivos	Oferta e procura de serviços prestados	Oferta	Nº	CME / 2013 / 2015	91	Aumentar	
Procura			*	*	*	*		
	Capitação de equipamentos desportivos		ADU / hab	CME / 2013	2	Aumentar		
Sustentabilidade Económica	Competitividade	Espaços de atividades económicas	Ha	CME / 2016	143,51	Manter		
		N.º de empresas instaladas no concelho por ramo de atividade	Nº	PORDATA / 2014	1.739	Aumentar		
		Taxa de ocupação efetiva dos espaços de atividades económicas		*	*	*	*	
		Volume de negócios por atividade económica	Indústria transformadora	%	PORDATA / 2014	36,8	Manter	
			Comércio por grosso e a retalho	%	PORDATA / 2014	36,8	Manter	
		Quociente entre a oferta de solo industrial e grau de ocupação		*	*	*	*	
	População e Competitividade	População ativa por setor de atividade económica	Primário	%	INE / 2011	1	Aumentar	
			Secundário	%	INE / 2011	17	Aumentar	
Terciário			%	INE / 2011	83	Manter		

	Taxa de atração total		%	INE / 2011	13,7	Aumentar		
	Índice de poder de compra		Per capita	INE / 2011	109,82	Aumentar		
	Pessoal ao serviço por habilitação académica	Básico		%	INE / 2011	32	Aumentar	
		Médio / Superior		%	INE / 2011	36	Aumentar	
	Pessoal ao serviço em empresas por ramo atividade		Nº	INE / 2014	4.588	Aumentar		
	Taxa de atividade		%	INE / 2011	48,43	Aumentar		
	Taxa de desemprego		%	INE / 2011	10,49	Diminuir		
Qualidade Ambiental	Recursos Hídricos	Estado das águas superficiais		Qualitativa	SNIRH / 2013	Razoável	Muito Bom	
		Estado das águas subterrâneas		Qualitativa	PGRHTejo / 2011	Medíocre / Bom	Muito Bom	
		Estado das águas para consumo humano		%	ERSAR / 2015	99	100	
		Medidas de requalificação da rede hidrográfica		*	*	*	*	
		Número de descargas ilegais detetadas nas linhas de água		*	*	*	*	
		Medidas de controlo de impermeabilização do solo		*	*	*	*	
	Ruído	Quantitativo de população exposta a níveis de ruído superiores aos regulamentares		*	*	*	*	
		Medidas de minimização de poluição sonora e relativas a recetores expostos ao ruído		*	*	*	*	
	Saneamento Básico	População servida por Sistemas de Abastecimento de Água		%	CME / 2013	100	Manter	
		População servida por sistema público de drenagem de águas residuais		%	CME / 2013	99	Aumentar	
		População servida por estações de tratamento de águas residuais		%	INE / 2009	95	Aumentar	
	Resíduos	Tipo de recolha	Indiferenciada		%	INE / 2013	85	Diminuir
			Seletiva		%	INE / 2013	15	Aumentar
		Tipo de destino	Aterro		%	INE / 2013	54	Diminuir
			Valorização		%	INE / 2013	46	Aumentar
		Rede de recolha e tratamento de resíduos sólidos	Ecopontos		Nº	CME / 2016	121	Aumentar
		Densidade habitacional		Fogos / km ²	INE / 2011	720,4	Manter	
		Medidas de sensibilização para a separação de resíduos		*	*	*	*	
		Taxa de cobertura de acessibilidade à recolha de resíduos indiferenciados		%	PAPERSU	100	Manter	
	Taxa de cobertura de acessibilidade ao serviço de recolha seletiva		%	PAPERSU	98	Aumentar		
	Paisagem e Ambiente Urbano	Espaços Verdes Criados		Ha	CME / 2016	14.767,9	Aumentar	
		Área de espaço público (re)qualificado		Ha	CME / 2016	10.705,32	Aumentar	
		Equipamentos Desportivos e de Lazer criados		Ha	CME / 2016	6.813,1	Aumentar	
Fontes de poluição			*	*	*	*		
Identificação de intrusões visuais na paisagem		Zona de atividade económica		Nº	CME / 2016	1	Manter	
	Depósitos de entulho e sucata		Nº	CME / 2016	6	Diminuir		

		Via rápida	Nº	CME / 2016	1	Manter		
		Linha ferroviária	Nº	CME / 2016	2	Manter		
		Espaços abrangidos por corredores da ERPVA	Nº	PROT OVT	1	Manter		
		Espécies de fauna, flora e habitats presentes *	*	*	*	*		
		Número de cursos de água fundamentais para a manutenção da continuidade ecológica	Nº	ICNF / 2018	2	Manter		
		Estado de conservação das galerias ripícolas dos cursos de água	Qualitativa	CME / 2018	Bom/Muito Bom	Manter		
		Área marginal dos cursos de água sujeita a proteção / requalificação *	*	*	*	*		
	Solo	Utilização económica do solo com atividades agrícolas e florestais		*	*	*	*	
		Medidas de salvaguarda de solos de maior capacidade e sensibilidade ecológica		*	*	*	*	
		Porcentagem de disfunções ambientais identificadas com solução estabelecida		*	*	*	*	
	Ar	Índice de qualidade do ar	Muito / Bom	Classe e %	Qualar / 2015	90	Aumentar	
			Fraco / Mau	Classe e %	Qualar / 2015	1	Diminuir	
		Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites		Nº	Qualar / 2015	9	Diminuir	
Mobilidade e Acessibilidade	Tráfego Automóvel urbano	Densidade da rede viária		*	*	*		
		Volume de tráfego		*	*	*		
		Identificação dos locais de congestionamento urbano		Nº	CME / 2013	5	Aumentar	
		Nº de intervenções para a construção de passeios e ciclovias		Nº	CME / 2013	12	Aumentar	
		Nº de intervenções para beneficiação e requalificação da rede viária	Conservação		Nº	CME / 2013	5	Aumentar
			Requalificação		Nº	CME / 2013	3	Aumentar
	Construção		Nº	CME / 2013	1	Aumentar		
	Acessibilidades ao Concelho do Entroncamento	Nº de intervenções no espaço público que promovam a acessibilidade		*	*	*	*	
		Taxa de utilização do transporte ferroviário		%	INE / 2011	9	Aumentar	
		Criação melhoramento interfaces multimodais		*	*	*	*	
		Movimentos pendulares feitos em transportes públicos		%	INE / 2011	7	Aumentar	
		Movimentos pendulares feitos em transporte individual		%	INE / 2011	65	Diminuir	
		Movimentos pendulares pedonais		%	INE / 2011	21	Aumentar	
Movimentos pendulares intra concelhos - população que entra		%	INE / 2011	19,69	Aumentar			
Movimentos pendulares entre concelhos - população que sai		%	INE / 2011	29,36	Diminuir			
Ambientais e Tecnológicas	Incêndios Florestais	Área florestal ardida		HA	PME /	19,29	Diminuir	
		Nº de ocorrências em espaço florestal		Nº	PME /	123	Diminuir	
		Tipologia dos povoamentos perdidos	Povoamentos		HA	PME /	3,96	Diminuir
			Matos		HA	PME /	7,73	Diminuir
		Vulnerabilidade ao risco de incêndio		*	*	*	*	

		Medidas / Estratégias de mitigação de risco de incêndio florestal	Nº	PME / 2015	7	Aumentar
Cheias e inundações		Área sujeita a condicionamento de uso - Zonas Ameaçadas pelas Cheias	HA	MDREN / 2016	18,43	Manter
		Suscetibilidade elevada de ocorrências de cheias	Nº	PME / 2015 MDREN / 2016	4	Diminuir
		Número de estruturas e pessoas vulneráveis aos efeitos de inundações	*	*	*	*
		Medidas / Estratégias de mitigação de risco de cheias	Nº	PME / 2015	5	Aumentar
Acidente ferroviário		Área sujeita a condicionamentos de uso	*	*	*	*
		Nº de ocorrências de acidentes ferroviários	*	*	*	*
		Suscetibilidade de ocorrência de acidentes ferroviários	Qualitativa	PME / 2015	Baixa / Moderada	Diminuir
		Variáveis de risco associadas a acidentes ferroviários	Nº	PME / 2015	4	Diminuir
		Nº de medidas/ações implementadas para prevenção de acidentes ferroviários	Nº	PME / 2015	5	Aumentar

(*) Indicador importante para ser avaliado na fase de seguimento e de monitorização do plano, mas para os quais não é possível identificar situação atual e/ou meta a atingir

CAPÍTULO 8 _ QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

O quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da RPDM do Entroncamento, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia” (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança para a RPDM do Entroncamento, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Desta forma, são identificadas as entidades e os agentes que se considera ter um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das acções previstas na futura RPDM, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial (Quadro 21).

Quadro 21. Quadro de Governança para a ação no âmbito da AAE da RPDM de Entroncamento

Entidades	Ações
Câmara Municipal de Entroncamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlar o défice de infraestruturas existentes ▪ Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização em colaboração com outras entidades (CCDR, APA, DGT, etc.) ▪ Monitorizar e controlar fontes de poluição ▪ Fomentar e apoiar os processos de participação pública
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizadas as perspetivas e orientações de desenvolvimento regional ▪ Monitorizar as necessidades regionais ▪ Desenvolver e manter atualizadas as estimativas regionais de emissão de gases de efeito de estufa ▪ Fomentar e apoiar os processos de participação pública
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salvaguardar as áreas integradas em RAN e promover e incentivar boas e adequadas práticas agrícolas
Administração da Região Hidrográfica do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água ▪ Fomentar e apoiar os processos de participação pública
Autoridade Nacional de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizadas as informações sobre riscos e planos de emergência e de informação à população
Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenar, fiscalizar e planear o setor dos transportes e respetivas infraestruturas
Autoridade Nacional Florestal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intensificar os esforços de acompanhamento, monitorização e controlo das áreas florestais
Administração Regional de Saúde de Lisboa e	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar a fase de monitorização do Plano

Entidades	Ações
Vale do Tejo	
População em geral	<ul style="list-style-type: none">▪ Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental▪ Participar no processo de consulta pública▪ Adotar comportamentos de prevenção aos riscos naturais

CAPÍTULO 9 _ CONCLUSÃO

O presente relatório constitui a 2ª Fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Director Municipal do Entroncamento.

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de RPDM do Entroncamento foi suportado na análise de seis Fatores Críticos de Decisão:

- Ordenamento do Território
- Sustentabilidade Económica
- Qualidade Ambiental
- Mobilidade e Acessibilidade
- Riscos Ambientais e Tecnológicos

No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Aquando da avaliação da situação existente e análise de tendências, desenvolvida para cada um dos Fatores Críticos de Decisão, foram detetadas algumas dificuldades na obtenção de informação para atender à análise de alguns dos indicadores propostos. A este respeito, salienta-se que o presente Relatório Ambiental foi desenvolvido tendo por base a informação existente relativa à proposta de revisão do Plano Director Municipal do Entroncamento.

O Relatório Ambiental, enquanto elemento que acompanha o processo de Revisão do Plano Director Municipal do Entroncamento, deverá progredir com a evolução da sua elaboração, refletir a análise conducente aos aspetos supra evidenciados, de forma a expressar a forma como se promove a integração de questões de sustentabilidade ambiental no Plano e/ou se fomenta a adoção de medidas que visem minimizar os efeitos da execução do Plano dos quais decorram impactes negativos significativos.

Neste contexto, e com a devida salvaguarda, esboça-se, no Relatório Ambiental, para cada Factor Crítico de Decisão, uma proposta de orientações de seguimento assente numa lógica de sustentabilidade que permitirá ao Município fazer uma avaliação permanente e ambientalmente correta da sua actuação. Evidencia-se assim a importância do acompanhamento da implementação da RPDM do Entroncamento, através da atualização periódica do plano de controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

Com a implementação da presente proposta, promove-se significativamente a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida das populações locais, uma vez que estão previstas medidas que potenciam a valorização ambiental e territorial do município do Entroncamento.

Siglas e Acrónimos

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
DA	Declaração Ambiental
DGOTDU	Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
ERAE	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
ERPVA	Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
PDM	Plano Diretor Municipal
PDME	Plano Diretor Municipal de Entroncamento
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROTOVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RDA	Relatório de Definição de Âmbito
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RPDM	Revisão do Plano Diretor Municipal

Bibliografia

- Câmara Municipal de Entroncamento. Disponível em: <<http://www.cm-entroncamento.pt/>>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Disponível em: <<http://www.ccdr-lvt.pt/>>
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Disponível em: <<http://www.ersar.pt/>>
- Estudos de Caracterização PDM do Entroncamento - Volume 4. dezembro 2016
- Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. novembro 2008.
- Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Agência Portuguesa do Ambiente
- INE – Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <<http://www.ine.pt/>>
- IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Disponível em: <<http://www.ipma.pt/>>
- Partidário, M.R., 2012. Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégia; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, 2015. Câmara Municipal do Entroncamento
- Plano Municipal da Defesa das Florestas Contra Incêndios do Entroncamento, 2014-2018
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo. Disponível em: <<http://www.ccdr-lvt.pt/>>
- PORDATA. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/>>
- Proposta da Memória Descritiva da REN do Entroncamento. METSA, 2016
- Revisão do Plano Diretor Municipal de Entroncamento. Câmara Municipal de Entroncamento
- SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://snirh.pt/>>
- QUALAR - Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em: <<http://qualar.apambiente.pt/>>

LEGISLAÇÃO

AAE: Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de julho

RAN: Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março

REN: Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto

RJIGT: Decreto-Lei n.º 80/2015, de 15 de maio

Anexo 1_ Resumo dos pareceres ao RFCD

Anexo 2_ Matriz de convergência entre os Objetivos Estratégicos da Proposta de RPDMT e os Objetivos de cada instrumento que integra o Quadro de Referência Estratégico.

Anexo 1 _ Resumo dos pareceres das Entidades que emitiram parecer ao Relatório de Fatores Críticos de Decisão

ERAÉ	Data do Parecer	Principais aspetos focados no parecer	Comentários da Equipa Técnica
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT)	2/5/2012	No Quadro de Referência Estratégico sugere-se a incorporação de alguns instrumentos com cariz estratégico	A equipa técnica incorporou o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), o Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) e o Programa de Prevenção de Resíduos Sólidos.
		<p>A entidade sugere a incorporação de um FCD designado como "Qualidade Ambiental" que contemple a qualidade da água, o solo, o ambiente sonoro e a qualidade da ar.</p> <p>A entidade sugere que os indicadores dos FCD devem ser claros, objetivos e facilmente mensuráveis.</p> <p>A entidade informa que devem ser introduzidas questões pertinentes no âmbito das atividades económicas e dos equipamentos.</p>	A equipa técnica incorporou as sugestões da entidade
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)	30/4/2012	A entidade informou que no Relatório a problemática dos riscos foi abordada muito superficialmente, pelo que sugere a introdução, não só de indicadores objetivos e mensuráveis nos fatores de decisão ambiental que permitam avaliar os riscos naturais e tecnológicos existentes na área do Plano, mas também objetivos de sustentabilidade que permitam mitigar os riscos identificados	A equipa técnica introduziu e reajustou o parecer da entidade.
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	3/5/2012	A entidade sugeriu a alteração e substituição de frases, bem como beneficiações em diferentes temáticas.	A equipa técnica incorporou as alterações e as respetivas beneficiações.
Administração Regional Hidrográfica do Tejo, I.P.	30/4/2012	<p>A entidade informou que o Relatório dos Fatores Críticos (RFC) apresentado se encontra bem estruturado.</p> <p>No Quadro de Referência Estratégico sugere-se a incorporação de alguns instrumentos com cariz estratégico.</p>	A equipa técnica incorporou a Lei da Água (Lei nº58/2005, de 29 de Dezembro); a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI) e o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA).
Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	7/5/2012	A entidade informou que nada há a opor.	

Anexo 2_ Matriz de convergência entre os Objetivos de cada instrumento que integra o Quadro de Referência Estratégico e as Questões Estratégicas

Ligação Fraca: quando as QE da RPDM não apresentam afinidade (direta ou indireta) com os objectivos estratégicos estabelecidos nos Planos ou Programas que constituem o QRE.

Ligação Média: quando as QE da RPDM apresentam afinidade indireta com os objectivos estratégicos estabelecidos nos Planos ou Programas que constituem o QRE.

Ligação Forte: quando as QE da RPDM apresentam afinidade direta com os objectivos estratégicos estabelecidos nos Planos ou Programas que constituem o QRE

Quadro 22 . Relação entre a Estratégia Nacional para a Biodiversidade e Conservação da Natureza e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos da Estratégia Nacional para a Biodiversidade e Conservação da Natureza					
Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia					
Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos					
Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional					

Quadro 23 . Relação entre a Estratégia Nacional para a Energia e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos da Estratégia Nacional para a Energia					
Agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira					
Aposta nas energias renováveis					
Promoção da eficiência energética					
Garantia da segurança de abastecimento					
Sustentabilidade económica e ambiental					

Quadro 24 . Relação entre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	QE				
	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos da ENDS					
Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"					
Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética					
Melhor Ambiente e Valorização do Património					
Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social					
Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território					
Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional					
Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada					

Quadro 25 . Relação entre o Plano Diretor Municipal do Entroncamento e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	QE				
	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do PDM Entroncamento					
Consolidação da Cidade Residencial					
Dinamizar a cidade visitável					
Valorização da Cidade Sustentável					

Quadro 26 . Relação entre o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	QE				
	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais					
A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço					
A sustentabilidade do sector					
A protecção dos valores ambientais					

Quadro 27 . Relação entre o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do PERSU					
Redução da quantidade dos resíduos produzidos					
Redução da perigosidade dos resíduos					
Sensibilização/Mobilização dos cidadãos					
Qualificação e otimização da gestão de resíduos					
Sistema de Informação como pilar de gestão dos RSU					
Qualificação e otimização da intervenção das entidades públicas no âmbito da gestão de RSU					

Quadro 28 . Relação entre a Lei da Água e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos da Lei da Água					
Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades de água					
Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa protecção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis					
Obter uma protecção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação por fases das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias					
Assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição					
Mitigar os efeitos das inundações e das secas					
Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água					
Proteger as águas marinhas, incluindo as territoriais					
Assegurar o cumprimento dos objectivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho					

Quadro 29 . Relação entre o Plano Nacional da Água e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do Plano Nacional da Água					
Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional					
Protecção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados					
Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do País					
Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português					
Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos					

Quadro 30 . Relação entre o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água					
Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.					
Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.					
Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.					

Quadro 31 . Relação entre o Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais e as QE da RPDM do Entroncamento

QE Objectivos da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
O cumprimento do normativo ambiental e dos objetivos da política de ambiente e do ordenamento do território, através do cumprimento do normativo legal, e de uma abordagem territorial e sectorial integrada	■	■	■	■	■
A sustentabilidade dos modelos de gestão, associada à implementação de modelos de gestão eficientes e sustentáveis, e de aplicação do princípio do poluidor-pagador e garantia de um quadro tarifário sustentável para os sectores económicos	■	■	■	■	■

Quadro 32 . Relação entre o Plano Rodoviário Nacional e as QE da RPDM do Entroncamento

QE Objectivos do Plano Rodoviário Nacional	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correcto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede	■	■	■	■	■
Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.	■	■	■	■	■

Quadro 33 . Relação entre o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	QE				
	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do PNPOT					
Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos					
Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global					
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais					
Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social					
Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública					
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições					

Quadro 34 . Relação entre o Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	QE				
	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego					
Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia					
Reforço do investimento na educação e formação					
Reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social					
Reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono					
Reforço da capacidade de gerar valor acrescentado pelo setor agroflorestal					
Apoio ao Programa da reforma do Estado					

Quadro 35 . Relação entre o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do Programa Nacional para as Alterações Climáticas					
Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto					
Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado					
Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono					

Quadro 36 . Relação entre o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do QREN					
Promover a qualificação dos portugueses					
Promover o crescimento sustentado					
Garantir a coesão social					
Assegurar a qualificação do território e das cidades					
Aumentar a eficiência da governação					

Quadro 37 . Relação entre o Plano Estratégico Nacional do Turismo e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do PENT 2020					
Um destino sustentável e de qualidade , onde crescimento turístico é compatível com a produção de benefícios para o território e as comunidades e onde o Estado, na preservação do território, deve saber cumprir o seu papel					
Um destino de empresas competitivas , onde um ambiente saudável para a iniciativa privada promove a concorrência e inovação na atividade turística					
Um destino empreendedor , munido de todas as competências e conhecimento que lhe permita ser o país campeão do empreendedorismo turístico					
Um destino ligado ao Mundo , onde a conectividade e a mobilidade dos turistas são ferramentas importantes na ativação da procura					
Um destino gerido de forma eficaz , onde a definição clara das competências de cada agente não deve ser um entrave à iniciativa privada, à exploração de sinergias e intensificação da transversalidade do turismo					
Um destino que marca , cujas estratégias de promoção e comercialização devem resultar de visões técnicas e não políticas no sentido de almejar a eficiência					

Quadro 38 . Relação entre a Estratégia Nacional para as Florestas e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do ENF					
Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos					
Especialização do território					
Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos					
Internacionalização e aumento do valor dos produtos					
Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor					
Racionalização e simplificação dos instrumentos de política					

Quadro 39 . Relação entre o Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do PPRU					
Propor medidas, mecanismos, metas e acções para a operacionalização e monitorização da prevenção de RU produzidos em Portugal					

Quadro 40 . Relação entre o Plano da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo					
Governança [Adequar a Administração Pública na gestão da água; Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais; Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol]					
Qualidade de água [Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água]					
Quantidade da água [Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras]					
Investigação e conhecimento [Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos]					
Gestão de riscos [Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água]					
Quadro económico e financeiro [Promover a sustentabilidade económica da gestão da água]					
Comunicação e sensibilização [Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água]					

Quadro 41 . Relação entre o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo e as QE da RPDM do Entroncamento

QE	Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Objectivos do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo					
Melhorar a gestão florestal e condução dos povoamentos com ganhos de produtividade e rentabilidade das explorações florestais e em simultâneo promover a certificação da gestão florestal sustentável					
Diversificar as funcionalidades associadas aos espaços florestais, contribuindo para aumentar a rentabilidade das explorações florestais					
Melhorar o estado de conservação dos habitats classificados florestais e silvestres na região					
Diminuir significativamente as áreas florestais que não são sujeitas a qualquer tipo de condução					
Ganhar coerência e racionalidade na gestão e condução das áreas florestais nas zonas onde a propriedade florestal é muito fragmentada através da constituição de unidades territoriais de dimensão adequada					
Recuperação das áreas ardidas introduzindo modelos de organização territorial eficientes sob o ponto de vista da prevenção dos incêndios florestais					
Implementar um plano estratégico para a recolha de informação sobre o estado sanitário da floresta					
Melhorar o conhecimento técnico e científico relativo à gestão dos espaços florestais nas suas diversas vertentes, bem como a sua transferência para os diversos agentes do sector					
Aumentar a qualidade paisagística dos espaços florestais e o seu contributo para o bem-estar das populações					
Diminuir a incidência territorial dos incêndios florestais de forma significativa, privilegiando as medidas de carácter preventivo, a estruturação coerente da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a diversificação da composição das áreas florestais					
Melhorar a qualificação técnica e profissional dos diversos agentes da fileira florestal de modo a fazer face aos desafios colocados ao sector					

Quadro 42 . Relação entre o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT) e as QE da RPDM do Entroncamento

Objectivos do PROT-OVT	QE Ordenamento do território	Desenvolvimento socioeconómico	Qualidade de vida das populações	Potenciação de sinergias	Mobilidade e Acessibilidade
Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização					
Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental					
Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana					
Descobrir as novas ruralidades					

PRIMEIRA REVISÃO DO
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

outubro 2018



ENTRONCAMENTO
Cidade Ferroviária